



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2021



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2021	6
BALANÇO FINANCEIRO – 2021	7
BALANÇO PATRIMONIAL – 2021	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2021	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2021	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2021	10
NOTAS EXPLICATIVAS	11
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)	12
PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	17
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS	19
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	20
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS.....	20
NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	23
NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	34
NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	35
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	36
NE 5 - INGRESSOS	36
NE 6 - DISPÊNDIOS.....	39
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL	40
NE 7 – ATIVO CIRCULANTE	41
NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	43
NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL	48
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	51
NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	52
NE 13 – SALDO PATRIMONIAL	53
ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR.....	54
NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS.....	54
NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	55



NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL...	55
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	57
NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	57
NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	57
NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO.....	58
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	59
NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	59
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	60
NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL.....	60
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	61
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	61
NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	62
NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	63
PASSIVOS CONTINGENTES.....	64
NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	64
CUSTOS OPERACIONAIS.....	64
NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....	65



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 15 de março de 2022

LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA

CRC Nº 1PR055994/O-2

Contador Responsável



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		18.817.612,00	18.817.612,00	19.260.600,52	442.988,52
Receita Patrimonial		756.148,00	756.148,00	708.753,99	-47.394,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		756.148,00	756.148,00	708.753,99	-47.394,01
Transferências Correntes		18.061.464,00	18.061.464,00	18.061.464,00	-
Outras Receitas Correntes		-	-	490.382,53	490.382,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	490.382,53	490.382,53
SUBTOTAL		18.817.612,00	18.817.612,00	19.260.600,52	442.988,52
DEFICIT				1.724.270.726,43	1.724.270.726,43
TOTAL		18.817.612,00	18.817.612,00	1.743.531.326,95	1.724.713.714,95
CRÉDITOS ADIC. CANCELADOS			-4.946.800,00		4.946.800,00

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DESPESA					
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.754.608.297,00	1.749.661.497,00	1.741.537.865,30	1.714.702.292,99	1.714.118.369,56	8.123.631,70
Pessoal e Encargos Sociais		1.509.325.636,00	1.545.395.086,00	1.538.057.995,44	1.529.076.452,61	1.529.076.452,61	7.337.090,56
Outras Despesas Correntes		245.282.661,00	204.266.411,00	203.479.869,86	185.625.840,38	185.041.916,95	786.541,14
DESPESAS DE CAPITAL		3.120.728,00	3.120.728,00	1.993.461,65	1.618.548,98	1.618.548,98	1.127.266,35
Investimentos		3.120.728,00	3.120.728,00	1.993.461,65	1.618.548,98	1.618.548,98	1.127.266,35
TOTAL		1.757.729.025,00	1.752.782.225,00	1.743.531.326,95	1.716.320.841,97	1.715.736.918,54	9.250.898,05

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		103.844,02	13.424.695,89	8.539.166,47	8.538.374,12	2.600.316,00	2.389.849,79
Pessoal e Encargos Sociais		-	3.315.567,00	3.181.569,21	3.181.569,21	-	133.997,79
Outras Despesas Correntes		103.844,02	10.109.128,89	5.357.597,26	5.356.804,91	2.600.316,00	2.255.852,00
DESPESAS DE CAPITAL		-	86.304,36	40.879,44	40.879,44	-	45.424,92
Investimentos		-	86.304,36	40.879,44	40.879,44	-	45.424,92
TOTAL		103.844,02	13.511.000,25	8.580.045,91	8.579.253,56	2.600.316,00	2.435.274,71

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		2.751,00	272.291,80	265.754,65	4.131,50	5.156,65
Outras Despesas Correntes		2.751,00	272.291,80	265.754,65	4.131,50	5.156,65
DESPESAS DE CAPITAL		-	221.218,57	221.218,57	-	-
Investimentos		-	221.218,57	221.218,57	-	-
TOTAL		2.751,00	493.510,37	486.973,22	4.131,50	5.156,65

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO FINANCEIRO – 2021

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2021	2020		NE	2021	2020
INGRESSOS	5			DISPÊNDIOS	6		
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		1.756.388.774,32	1.767.274.640,73
				Ordinárias		1.273.643.091,91	1.292.369.865,78
				Vinculadas		482.745.682,41	474.904.774,95
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		141.330.596,00	38.563.200,00
				Previdência Social (RPPS)		312.969.255,00	380.207.487,00
				Dívida Pública		-	12.683.490,02
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		28.445.831,41	43.450.597,93
Transferências Financeiras Recebidas		1.745.819.484,08	1.734.367.268,86	Transferências Financeiras Concedidas		55.745.907,03	48.210.030,43
Resultantes da Execução Orçamentária		1.743.228.545,58	1.732.811.160,89	Resultantes da Execução Orçamentária		64.346,10	-
Sub-repasse Recebido		1.743.228.545,58	1.732.811.160,89	Sub-repasse Devolvido		64.346,10	-
Independentes da Execução Orçamentária		2.590.938,50	1.556.107,97	Independentes da Execução Orçamentária		55.681.560,93	48.210.030,43
Demais Transferências Recebidas		1.287.412,32	960.020,64	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.512.130,88	525.201,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.303.526,18	596.087,33	Movimento de Saldos Patrimoniais		53.169.430,05	47.684.828,67
Recebimentos Extraorçamentários		98.084.448,46	84.272.522,92	Pagamentos Extraorçamentários		9.522.424,58	5.773.869,25
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		583.923,43	493.510,37	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		486.973,22	196.237,92
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		27.210.484,98	13.511.000,25	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		8.579.253,56	5.442.208,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		450.947,98	135.422,64	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		456.197,80	135.422,64
Outros Recebimentos Extraorçamentários		69.839.092,07	70.132.589,66				
Arrecadação de Outra Unidade		69.839.092,07	70.132.589,66				
Saldo do Exercício Anterior		60.601.799,97	63.220.548,60	Saldo para o Exercício Seguinte		82.848.626,58	60.601.799,97
Caixa e Equivalentes de Caixa		60.601.799,97	63.220.548,60	Caixa e Equivalentes de Caixa		82.848.626,58	60.601.799,97
TOTAL		1.904.505.732,51	1.881.860.340,38	TOTAL		1.904.505.732,51	1.881.860.340,38

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO PATRIMONIAL – 2021

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	7	91.937.164,24	65.833.101,00	PASSIVO CIRCULANTE		142.919.154,36	83.501.184,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		82.848.626,58	60.601.799,97	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		139.498.970,13	82.426.994,11
Créditos a Curto Prazo		6.356.904,84	1.527.182,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		3.012.510,35	79.053,37
Demais Créditos e Valores		6.356.904,84	1.527.182,83	Provisões a Curto Prazo		-	516.289,11
Estoques		2.547.056,02	3.537.372,05	Demais Obrigações a Curto Prazo		407.673,88	478.848,35
VPDs Pagas Antecipadamente		184.576,80	166.746,15				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8	690.799.742,21	624.612.884,59	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		583.325,46	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.433.128,44	1.418.400,54	Provisões a Longo Prazo		583.325,46	-
Créditos a Longo Prazo		1.433.128,44	1.418.400,54	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9	143.502.479,82	83.501.184,94
Demais Créditos e Valores		1.433.128,44	1.418.400,54	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		677.908.839,31	611.880.787,90	ESPECIFICAÇÃO			
Bens Móveis		46.487.196,58	58.194.397,24	Demais Reservas		3.546,52	-
Bens Móveis		133.292.458,57	136.570.479,60	Resultados Acumulados		639.230.880,11	606.944.800,65
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-86.805.261,99	-78.376.082,36	Resultado do Exercício		32.227.502,66	12.125.151,17
Bens Imóveis		631.421.642,73	553.686.390,66	Resultados de Exercícios Anteriores		606.944.800,65	578.363.044,22
Bens Imóveis		641.506.164,07	563.262.574,02	Ajustes de Exercícios Anteriores		58.576,80	16.456.605,26
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-10.084.521,34	-9.576.183,36	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	639.234.426,63	606.944.800,65
Intangível		11.457.774,46	11.313.696,15				
Softwares		11.457.774,46	11.313.696,15				
Softwares		11.582.303,54	11.380.750,27				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-124.529,08	-67.054,12				
TOTAL DO ATIVO		782.736.906,45	690.445.985,59	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.736.906,45	690.445.985,59

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO		82.848.626,58	60.601.799,97	PASSIVO FINANCEIRO	12	30.294.274,97	14.175.790,66
ATIVO PERMANENTE	11	699.888.279,87	629.844.185,62	PASSIVO PERMANENTE		128.505.292,32	82.939.508,50
				SALDO PATRIMONIAL	13	623.937.339,16	593.330.686,43

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		6.914.343,87	9.246.454,75	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		124.421.126,12	126.487.566,58
Execução dos Atos Potenciais Ativos		6.914.343,87	9.246.454,75	Execução dos Atos Potenciais Passivos		124.421.126,12	126.487.566,58
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		4.616.902,30	6.241.811,22	Obrigações Contratuais a Executar		124.421.126,12	126.487.566,58
Direitos Contratuais a Executar		2.297.441,57	3.004.643,53				
TOTAL	14	6.914.343,87	9.246.454,75	TOTAL	15	124.421.126,12	126.487.566,58

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	NE		NE
Recursos Ordinários			8.625.017,32
Recursos Vinculados			43.929.334,29
Seguridade Social (Exceto Previdência)			-1.179.999,00
Alienação de Bens e Direitos			331.881,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			44.777.452,29
TOTAL		16	52.554.351,61

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2021

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17	1.965.677.520,79	1.820.476.349,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		45.578.259,41	43.069.539,21
Taxas		45.578.259,41	43.069.539,21
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		852.709,78	846.721,26
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		852.709,78	846.721,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		151.055,97	73.493,65
Juros e Encargos de Mora		6.280,65	4.685,46
Variações Monetárias e Cambiais		144.775,32	68.808,19
Transferências e Delegações Recebidas		1.763.880.948,08	1.756.657.209,89
Transferências Intragovernamentais		1.745.819.484,08	1.734.367.268,86
Transferências Intergovernamentais		18.061.464,00	22.286.812,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	3.129,03
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		149.139.966,58	15.800.554,77
Reavaliação de Ativos		149.129.793,48	2.150.946,80
Ganhos com Desincorporação de Passivos		10.173,10	13.649.607,97
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.074.580,97	4.028.830,79
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		583.325,46	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.491.255,51	4.028.830,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18	1.933.450.018,13	1.808.351.198,40
Pessoal e Encargos		1.206.470.598,77	1.145.157.481,24
Remuneração a Pessoal		944.244.318,63	898.598.616,36
Encargos Patronais		188.670.750,56	179.124.876,94
Benefícios a Pessoal		62.604.895,61	49.332.086,39
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		10.950.633,97	18.101.901,55
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		472.528.957,43	468.898.515,15
Aposentadorias e Reformas		380.369.307,55	379.784.369,69
Pensões		46.007.867,80	44.066.619,85
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		46.151.782,08	45.047.525,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		107.767.498,29	109.922.034,36
Uso de Material de Consumo		1.897.171,51	3.314.595,57
Serviços		93.662.429,93	93.865.484,41
Depreciação, Amortização e Exaustão		12.207.896,85	12.741.954,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		699.957,11	30.816,11
Juros e Encargos de Mora		8.853,16	17.490,24
Variações Monetárias e Cambiais		691.043,95	13.325,87
Descontos Financeiros Concedidos		60,00	-
Transferências e Delegações Concedidas		56.100.128,31	49.289.541,07
Transferências Intragovernamentais		55.745.907,03	48.210.030,43
Outras Transferências e Delegações Concedidas		354.221,28	1.079.510,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		86.578.741,86	30.994.522,45
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		72.008.501,31	-
Perdas Involuntárias		96.817,20	5.264,95
Incorporação de Passivos		12.738.111,64	28.666.451,26
Desincorporação de Ativos		1.735.311,71	2.322.806,24
Tributárias		1.812.729,53	3.247.415,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		246.657,22	235.455,78
Contribuições		1.566.072,31	3.011.959,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.491.406,83	810.872,29
Premiações		39.300,00	16.217,00
Constituição de Provisões		650.361,81	35.591,84
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		801.745,02	759.063,45
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19	32.227.502,66	12.125.151,17

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2021

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20	24.127.473,60	2.956.654,51
INGRESSOS		1.816.109.524,13	1.804.635.281,16
Outros Ingressos Operacionais		1.816.109.524,13	1.804.635.281,16
Ingressos Extraorçamentários		450.947,98	135.422,64
Transferências Financeiras Recebidas		1.745.819.484,08	1.734.367.268,86
Arrecadação de Outra Unidade		69.839.092,07	70.132.589,66
DESEMBOLSOS		-1.791.982.050,53	-1.801.678.626,65
Pessoal e Demais Despesas		-1.551.583.611,15	-1.573.275.855,71
Judiciário		-1.117.048.623,80	-1.129.614.998,27
Previdência Social		-421.802.917,31	-422.210.228,62
Encargos Especiais		-12.732.070,04	-21.450.628,82
Transferências Concedidas		-184.196.334,55	-180.057.317,87
Intragovernamentais		-184.196.334,55	-180.057.317,87
Outros Desembolsos Operacionais		-56.202.104,83	-48.345.453,07
Dispêndios Extraorçamentários		-456.197,80	-135.422,64
Transferências Financeiras Concedidas		-55.745.907,03	-48.210.030,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21	-1.880.646,99	-5.575.403,14
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-1.880.646,99	-5.575.403,14
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.691.592,50	-5.420.472,78
Outros Desembolsos de Investimentos		-189.054,49	-154.930,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.246.826,61	-2.618.748,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		60.601.799,97	63.220.548,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	22	82.848.626,58	60.601.799,97

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2021

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		606.944.800,65
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	58.576,80
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	25	3.546,52
Resultado do Exercício		32.227.502,66
Saldo Final do Exercício 2021	23	639.234.426,63

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



NOTAS EXPLICATIVAS

- As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Objetivam oferecer uma informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras; e
- O seu conteúdo apresenta informações adicionais às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas se baseiam na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em 2021 os registros contábeis foram baseados no MCASP 8ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2021.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Coordenadoria de Controle Interno, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.



INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)

- **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 5 Unidades de Postos Avançados;
- **Força de trabalho:** 391 Magistrados e 2.984 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- **Criação:** Lei Federal nº 7.520, de 15 de julho de 1986;
- **Objetivos Estratégicos por Perspectivas**
 - ✚ **Sociedade:** promover o trabalho decente e a sustentabilidade; fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.
 - ✚ **Processos Internos:** garantir a duração razoável do processo; promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados; assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas; garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas; fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica.
 - ✚ **Aprendizagem e Crescimento:** aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional; aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.
- **Missão:** realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;



- **Visão de futuro:** na condição de justiça ágil e efetiva, continuar contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país;
- **Atributos de valor:** inovação, acessibilidade, ética, efetividade, transparência, eficiência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental, comprometimento, celeridade, credibilidade, segurança jurídica, respeito à diversidade, solidariedade social.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Caixa e Equivalentes de Caixa: são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques: compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.



Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente: nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.

Ativo realizável a Longo Prazo: compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras à Funpresp-Jud. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No caso da Funpresp-Jud, as correções monetárias são realizadas com base no Índice IPCA.

Imobilizado: é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (Intangíveis com vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação: o registro da depreciação mensal dos bens imóveis cadastrados no Sistema de Patrimônio da União é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade; compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema de Controle de Material e Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região. A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor



residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund.

Intangível: contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Amortização: o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida será o prazo da licença de uso contratual ou, na ausência, será de 5 (cinco) anos, que é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com as datas de recebimento/atesto informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atesto); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).

Passivos Circulantes e Não Circulantes: as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo. São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no passivo não circulante o conjunto



de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP.

Provisões e Passivos Trabalhistas: os passivos trabalhistas e respectivos encargos sociais são reconhecidos conforme dispõe a Resolução CSJT N° 137/2014, que estabelece os critérios para o reconhecimento administrativo, a apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Ativos e Passivos Contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.

Patrimônio Líquido: é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício, pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores e reserva de reavaliação.

Resultado Patrimonial: corresponde à diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário, será Déficit Patrimonial.

Resultado Orçamentário: representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro: representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



Ajustes de Exercícios Anteriores: registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Reserva de Reavaliação: compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo de reavaliação e o valor anterior.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Houve alteração da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI. As alterações e atualizações objetivaram contemplar as diretrizes e situações a serem utilizadas no SIAFI Web para a contabilização da reavaliação de ativos em contrapartida à Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido, conforme prescrevem os parágrafos 54 a 57 da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, bem como o item 5.4 da Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, da 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

A atualização da referida Macrofunção foi informada pela Mensagem 2021/0340881 da STN, enviada em 22/06/2021 pelo Comunica SIAFI, e os procedimentos de constituição da Reserva de Reavaliação foram observados nas reavaliações realizadas nas Contas Contábeis 1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais e 1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos.



CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.

A Conformidade Contábil se apoia nas análises realizadas pelas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, e na Conformidade de Registro de Gestão, mediante exames dos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitados, desta forma, os princípios da segregação de funções e da fiscalização intercorrente.

A Conformidade baseia-se, também, nas análises dos Relatórios de Contabilidade Analítica elaborados mediante emissão de consultas criadas no Sistema Tesouro Gerencial ou extraídos do banco de dados criado e mantido pela própria Coordenadoria de Contabilidade, que é atualizado diariamente mediante importação de dados do SIAFI.

Em 2021 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, 39.649 (trinta e nove mil seiscentos e quarenta e nove) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 26.265 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e cinco) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistema, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.



A análise tem como objetivo prioritário verificar se o registro contábil do ato ou fato de execução orçamentária, financeira ou patrimonial está em conformidade com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, verificar eventuais inconsistências que possam comprometer a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

Considerando que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro podem, eventualmente, ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, destaca-se que as restrições registradas em 2021 foram regularizadas até o encerramento do exercício.

ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis. Além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes e aos Custos Operacionais.



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O TRT da 15ª Região é Unidade Orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo, desta forma, a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

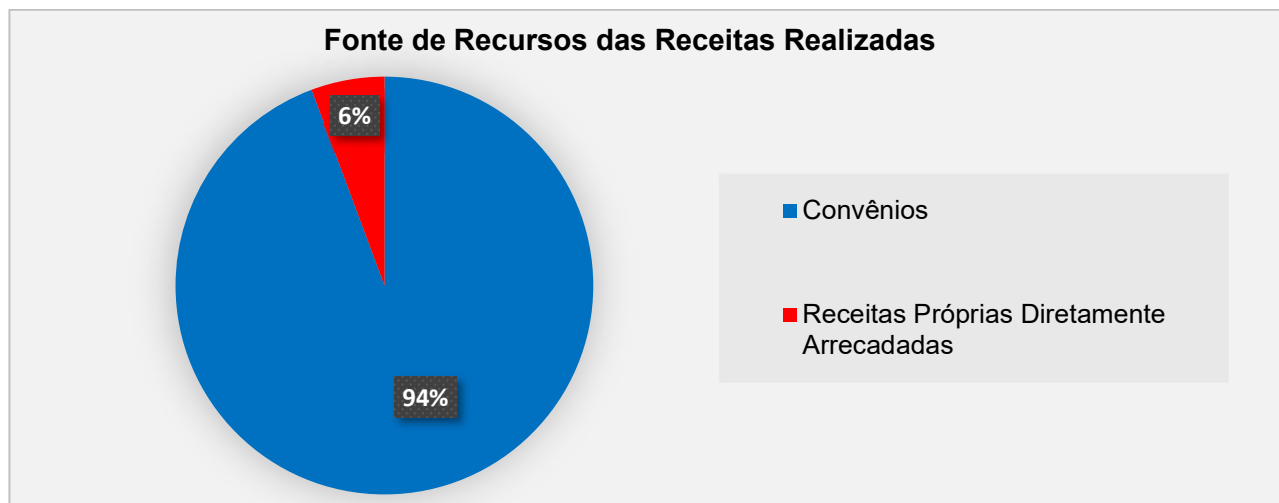
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS

Houve um excesso de arrecadação de receita de 2,35% em 2021, na Unidade Orçamentária – 15116 – TRT da 15ª Região.





A arrecadação por Fonte de Recursos ocorreu na seguinte proporção.



FONTE DE RECURSOS 181 – RECURSOS DE CONVÊNIOS

O valor registrado a título de Transferências Correntes se refere a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Neste contexto a Previsão da Receita para 2021 é registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2021 no total de recursos de fonte 181, enquanto a Realização das Receitas é contabilizada na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

De acordo com as orientações contidas nas Mensagens SEOFI/CSJT nº 004/2019 e CFIN/CSJT nº 027/2017, no início de 2021 este Regional registrou suas dotações na fonte 181 na conta do Ativo de Créditos a Receber (1.1.3.8.1.19.00) limitado aos créditos consignados na LOA/2021, e durante o ano esse direito foi amortizado a cada sub-repasse recebido da Setorial a esse título. Assim, as receitas destes Recursos de Convênios constam, devidamente previstas e realizadas, como



Transferências Correntes no Balanço Orçamentário do TRT da 15ª da Região. Houve redução de R\$ 4,2 milhões no total recebido em relação ao ano anterior. A seguir, a arrecadação por recolhedor em comparação com o exercício de 2020.

Em R\$

Origem	Recolhedor	2021	2020	Variação	
				%	Absoluta
TRANSFERENCIAS CORRENTES	BANCO DO BRASIL SA	6.020.488,00	2.234.443,13	169,44%	3.786.044,87
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.040.976,00	20.052.368,87	-39,95%	-8.011.392,87
TOTAL		18.061.464,00	22.286.812,00	-18,96%	-4.225.348,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

FONTE DE RECURSOS 150 – RECEITAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS

Em R\$

Origem	2021	2020	Variação	
			%	Absoluta
RECEITA PATRIMONIAL	708.753,99	691.839,26	2,44%	16.914,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	490.382,53	651.336,37	-24,71%	-160.953,84
Total	1.199.136,52	1.343.175,63	-10,72%	-144.039,11

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Receita Patrimonial, R\$ 708.753,99, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa celebrados (Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal, Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil, Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total de R\$ 490.382,53, contabilizado a título Outras Receitas Correntes, refere-se a restituições originárias de acordos celebrados com prefeituras, para reembolsos de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos municípios.



NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual nº 14.144, de 22 de abril de 2021 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região créditos orçamentários no montante de R\$ 1,758 bilhão, que somados aos créditos adicionais suplementares e deduzidos os cancelamentos, totalizou R\$ 1,753 bilhão, constituindo a Dotação Atualizada líquida do exercício.

O Tribunal também recebeu, além dos recursos da LOA, cerca de R\$ 12,9 milhões mediante Descentralizações Internas e Externas.

O total autorizado (LOA, Provisão e Destaque de Crédito) foi disponibilizado da seguinte maneira:

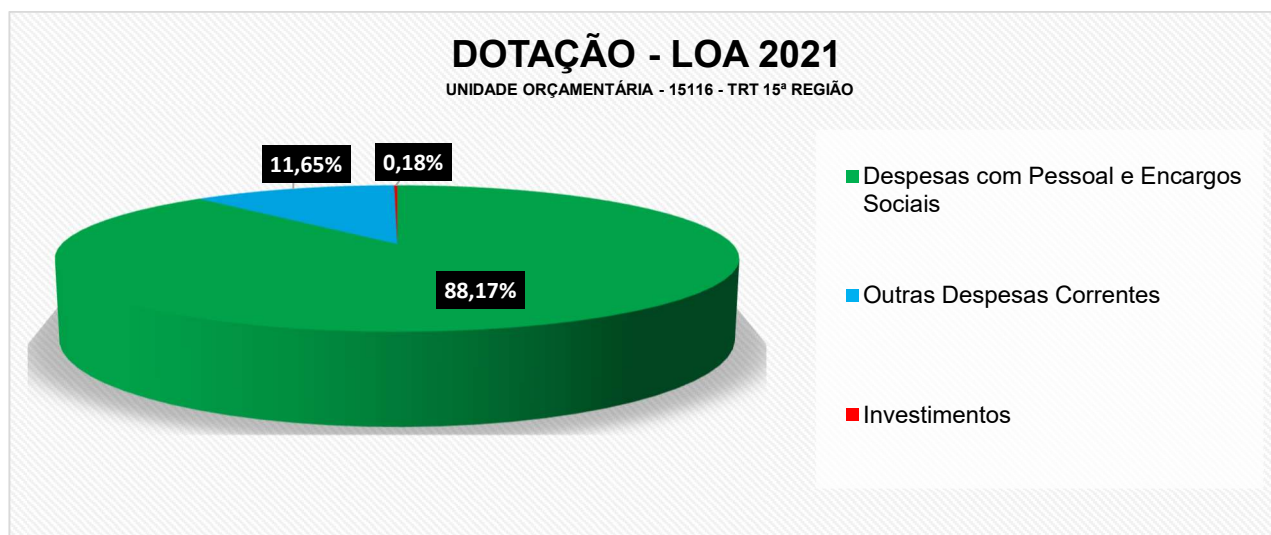
Em R\$

EXERCÍCIO	2021				2020				VARIÇÃO ENTRE TOTAIS
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	1.509.325.636,00	245.282.661,00	3.120.728,00	1.757.729.025,00	1.466.790.018,00	238.624.497,00	2.078.370,00	1.707.492.885,00	2,94%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	36.401.120,00	6.834.338,00	0,00	43.235.458,00	78.033.628,00	58.112.496,00	4.356.000,00	140.502.124,00	-69,23%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	(331.670,00)	(47.850.588,00)	0,00	(48.182.258,00)	(26.500.000,00)	(71.424.465,00)	(414.031,00)	(98.338.496,00)	-51,00%
DOTAÇÃO ATUALIZADA (LOA)	1.545.395.086,00	204.266.411,00	3.120.728,00	1.752.782.225,00	1.518.323.646,00	225.312.528,00	6.020.339,00	1.749.656.513,00	0,18%
PROVISAO	5.275.573,54	125.377,33	0,00	5.400.950,87	8.373.721,26	26.957,90	0,00	8.400.679,16	-35,71%
DESTAQUE	7.456.499,00	0,00	0,00	7.456.499,00	13.395.746,00	0,00	0,00	13.395.746,00	-44,34%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZAÇÕES	1.558.127.158,54	204.391.788,33	3.120.728,00	1.765.639.674,87	1.540.093.113,26	225.339.485,90	6.020.339,00	1.771.452.938,16	-0,33%

Fonte: Tesouro Gerencial



Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2021 (R\$ 1,753 bilhão), cerca de 88,17% (R\$ 1,545 bilhão) corresponde a despesa de Pessoal e Encargos Sociais.



A variação de R\$ 7.910.649,87 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2021, decorreu de Dotações Suplementares, Canceladas e Remanejadas e de créditos recebidos por Descentralizações Internas e Externas, e adequação do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício. Segue quadro com os totais movimentados:

Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo - R\$
DOTACAO SUPLEMENTAR	43.235.458,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	(48.182.258,00)
TOTAL	(4.946.800,00)

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo - R\$
PROVISAO RECEBIDA	5.400.950,87
DESTAQUE RECEBIDO	7.456.499,00
TOTAL	12.857.449,87

Fonte: Tesouro Gerencial



O demonstrativo seguinte apresenta os Créditos Adicionais recebidos e as Dotações Canceladas e Remanejadas por Programas de Trabalho.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	SALDO - R\$
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	13.733.125,00	(331.670,00)	13.401.455,00
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	509.290,00	0,00	509.290,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	22.158.705,00	0,00	22.158.705,00
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	1.850.000,00	0,00	1.850.000,00
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0,00	20.500,00	20.500,00
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	0,00	(309.430,00)	(309.430,00)
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	4.984.338,00	(840.500,00)	4.143.838,00
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0,00	49.430,00	49.430,00
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	0,00	(152.920,00)	(152.920,00)
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	0,00	(17.000.000,00)	(17.000.000,00)
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	0,00	(27.551.000,00)	(27.551.000,00)
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	(1.600.000,00)	(1.600.000,00)
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	(258.800,00)	(258.800,00)
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	0,00	(30.000,00)	(30.000,00)
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	0,00	(177.868,00)	(177.868,00)
TOTAL	43.235.458,00	(48.182.258,00)	(4.946.800,00)

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

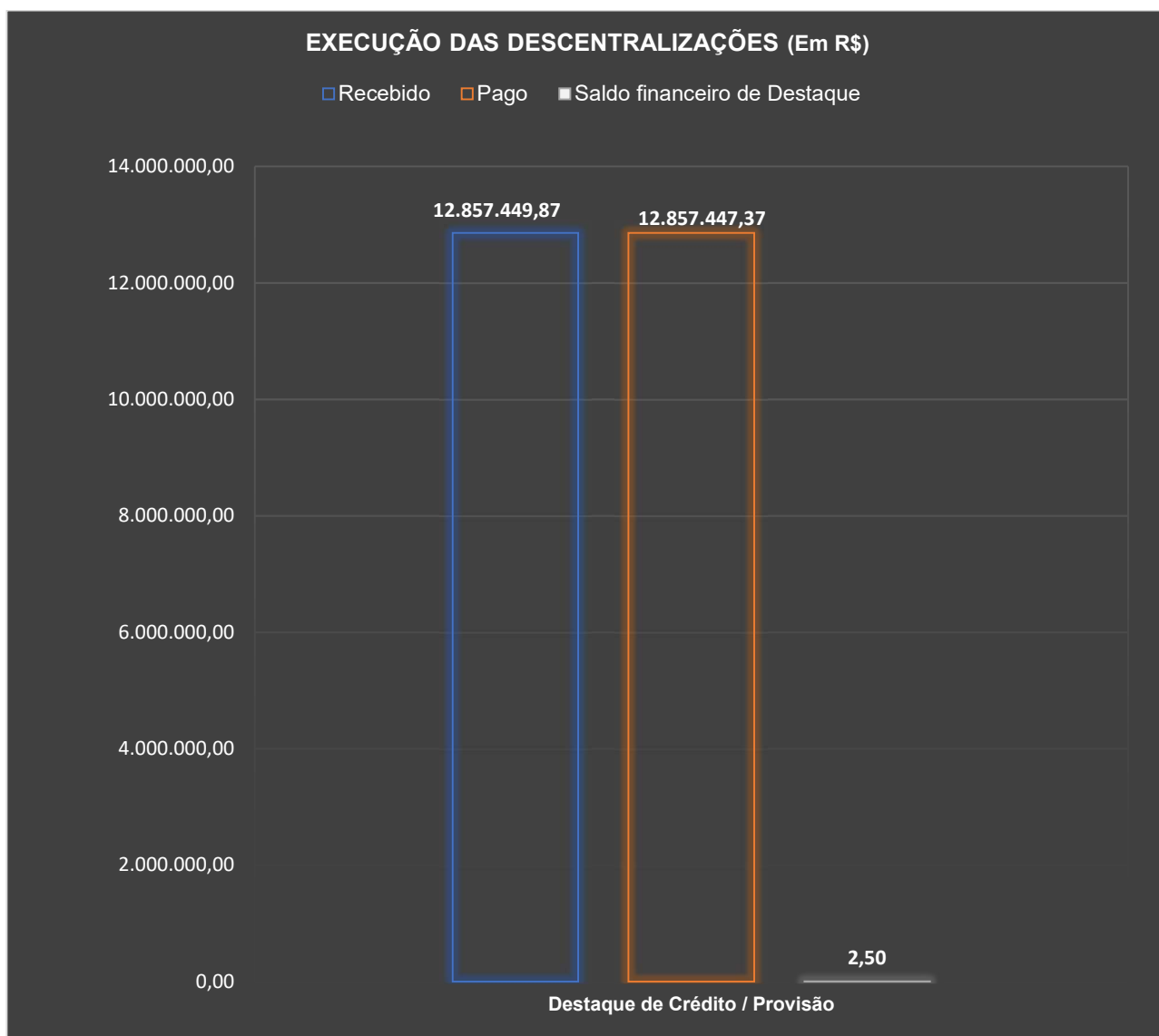
Os atos autorizativos de créditos no exercício de 2021 foram os seguintes:

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento	Documentos SIAFI
Lei	14116	31-dez-20	LDO/2021 - Publicada no DOU em 31/12/2020	2021ND800004/ 2021ND800005/ 2021ND800006/ 2021ND800007/ 2021ND800010/ 2021ND800011/ 2021ND800012/ 2021ND800013
Lei	14144	22-abr-21	LOA/2021 - Publicada no DOU em 23/04/2021	2021ND800021/ 2021ND800022/ 2021ND800023
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	82	01-out-21	Publicado no DOU em 04/10/2021	2021ND800028
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	105	29-nov-21	Publicado no DOU em 30/11/2021	2021ND800031
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	111	16-dez-21	Publicado no DOU em 17/12/2021	2021ND800036
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	50	16-dez-21	Publicado no DOU em 16/12/2021	2021ND800037
Portaria SETO/ME	15177	29-dez-21	Publicada no DOU em 29/12/2021	2021ND800038



DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Do total recebido mediante Descentralizações, R\$ 5,4 milhões foram Provisões (Internas) e R\$ 7,5 milhões foram Destaques de Créditos (Externas). As Provisões foram para atender aos Programas de Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e aos pagamentos de Requisições de Pequeno Valor. Já os valores recebidos mediante Destaque de Crédito foram para pagamentos de Precatórios.





A seguir, as Descentralizações recebidas por Unidades Orçamentárias e Planos Orçamentários e a execução por Programas de Governo:

Descentralizações Internas (Provisão)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA		SALDO – R\$
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	TRABALHO SEGURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	22.414,00
	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	339030	MATERIAL DE CONSUMO	22.500,00
	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	80.463,33
	TOTAL			125.377,33
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO - SENTENCAS JUDICIAIS	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICACOES DIRETAS	5.275.573,54
	TOTAL			5.275.573,54
TOTAL				5.400.950,87

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Execução das Provisões

Em R\$

PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
		(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	125.377,33	125.377,33	100%	125.377,33	100%	125.377,33	100%
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	5.275.573,54	5.275.573,54	100%	5.275.573,54	100%	5.275.573,54	100%
TOTAL	5.400.950,87	5.400.950,87	100%	5.400.950,87	100%	5.400.950,87	100%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Descentralizações externas (Destaque de Crédito)

NATUREZA DE DESPESA		PLANO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SALDO - R\$
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	PRECATORIOS	25303 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	179.595,00
			26280 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	1.016.140,00
			26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	280.447,00
			39252 DEPTO.NAC.DE INFRA±ESTRUT.DE TRANSPORTES-DNIT	298.640,00
			71103 ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	5.681.677,00
TOTAL			7.456.496,50	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Execução dos Destaques de Créditos

Em R\$

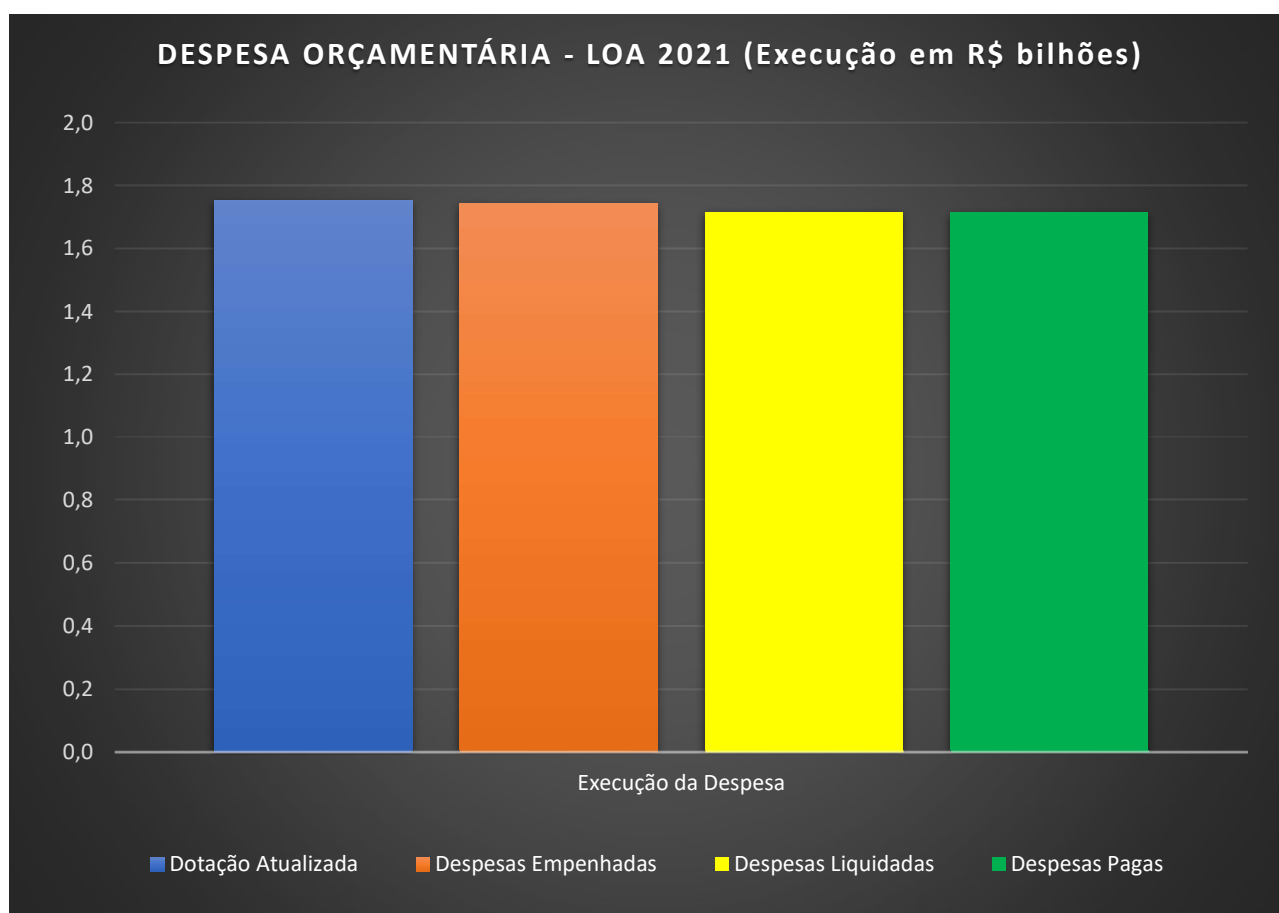
PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
		(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	7.456.499,00	7.456.496,50	100%	7.456.496,50	100%	7.456.496,50	100%
TOTAL	7.456.499,00	7.456.496,50	100%	7.456.496,50	100%	7.456.496,50	100%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando que as Notas Explicativas se referem aos valores constantes das Demonstrações Contábeis, após a explanação sobre os valores Descentralizados recebidos, a análise da execução da despesa orçamentária será restrita à Dotação da LOA/2021, destinada diretamente ao TRT da 15ª Região. O gráfico a seguir evidencia a execução quase total do orçamento autorizado.



Os índices de Execução das Despesas foram todos satisfatórios, sendo:

- ✓ **EMPENHADAS: R\$ 1.743.531.326,95 (99,47%);**
- ✓ **LIQUIDADAS: R\$ 1.716.320.841,97 (97,92%); e**
- ✓ **PAGAS: R\$ 1.715.736.918,54 (97,89%).**



A Dotação Orçamentária foi destinada aos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais: Outros Encargos Sociais, conforme a tabela a seguir.

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2021 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Em R\$

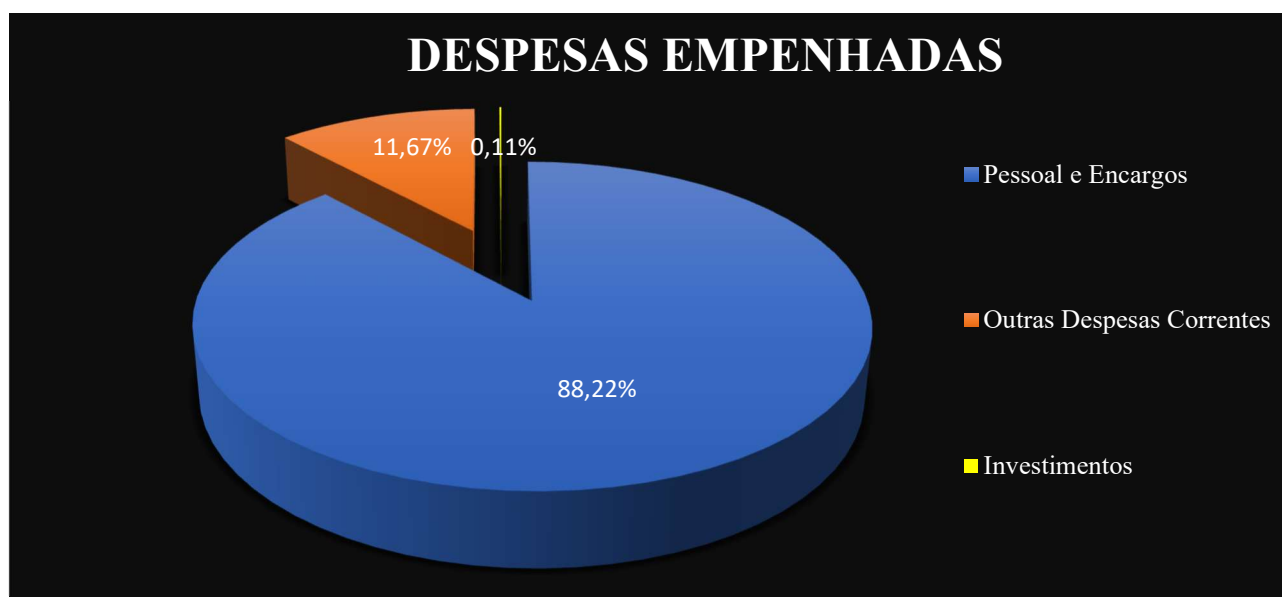
PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	1.751.602.226,00	1.742.351.327,95	99,47%	1.716.320.841,97	97,99%	1.715.736.918,54	97,95%
OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	1.179.999,00	1.179.999,00	100%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	1.752.782.225,00	1.743.531.326,95	99,47%	1.716.320.841,97	97,92%	1.715.736.918,54	97,89%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

Do total dos créditos autorizados na LOA/2021 foram empenhados cerca de R\$ 1,744 bilhão. O gráfico a seguir demonstra os percentuais empenhados por Grupo de Despesa.

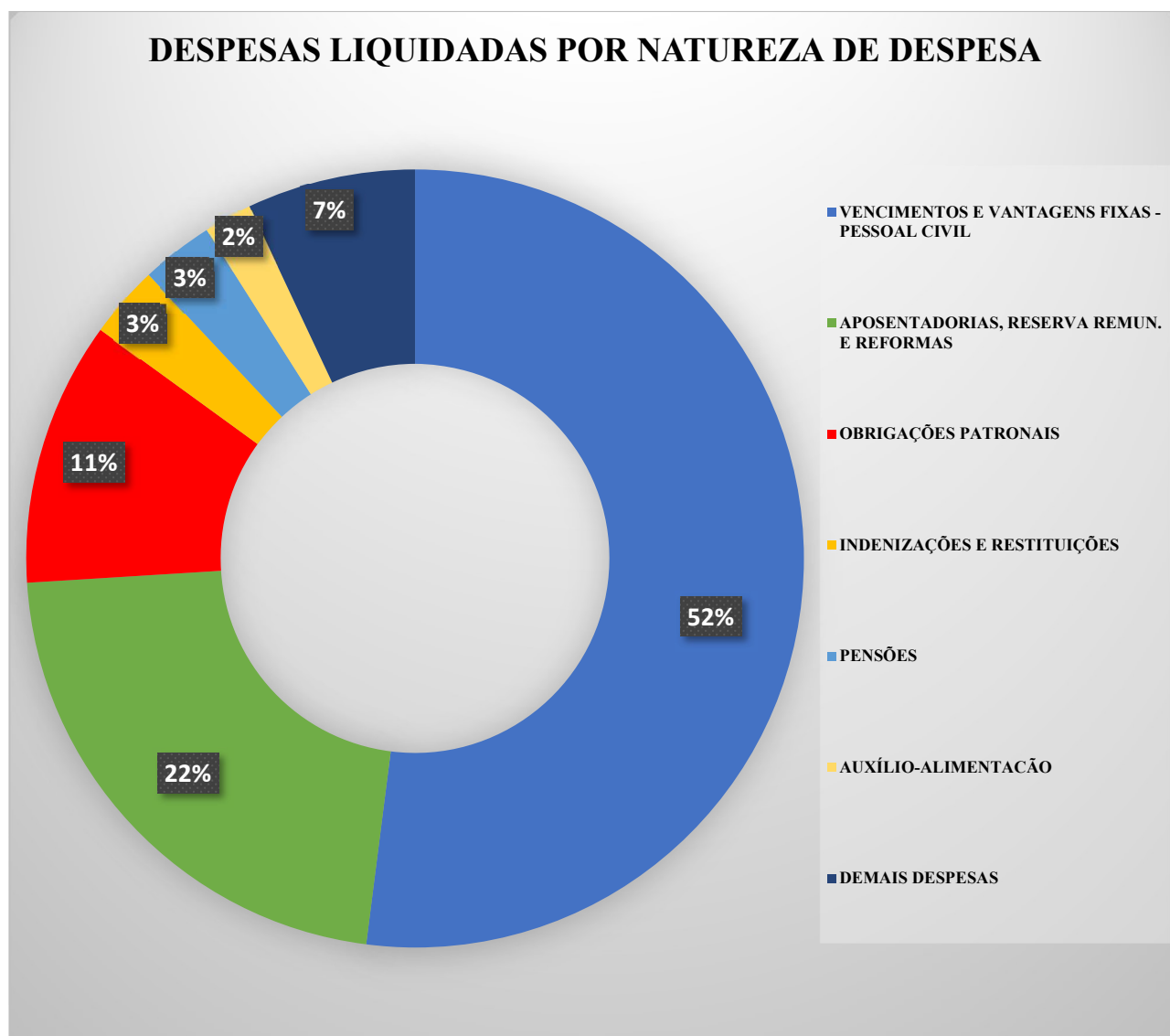




DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Do total dos créditos empenhados, foram liquidados 98,44%, cerca de R\$ 1,716 bilhão. Segue gráfico dos créditos liquidados por Natureza de Despesa.



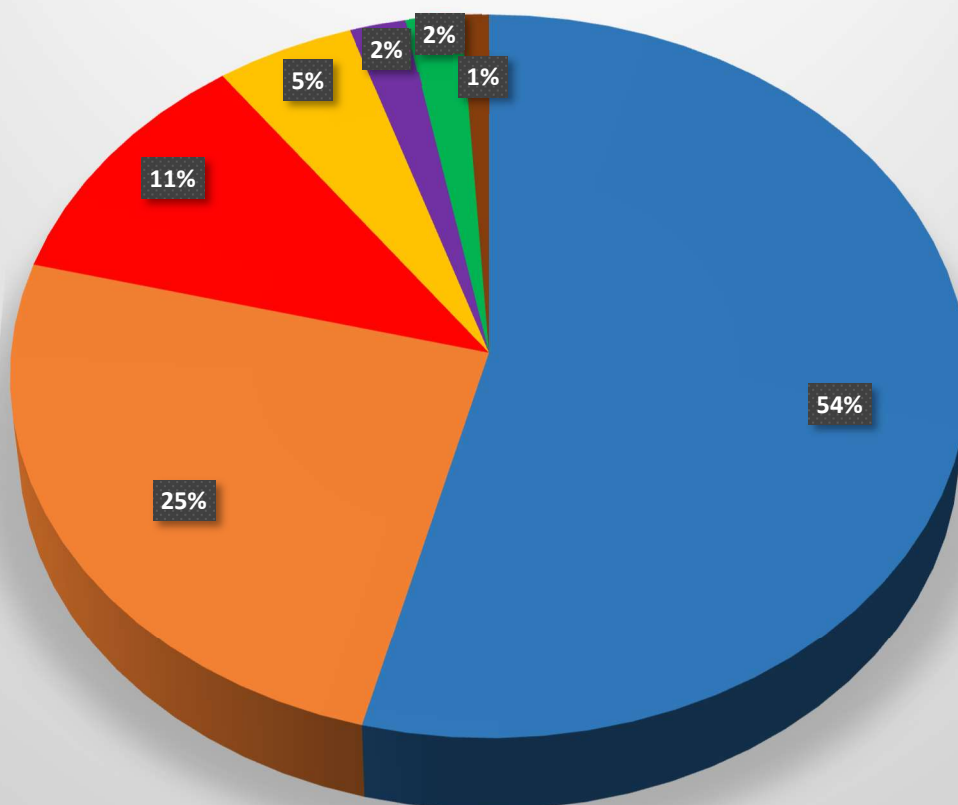
Pela análise gráfica constata-se que as remunerações de Pessoal Ativo e Inativo, Pensões e Encargos Patronais equivalem a 85% dos créditos liquidados.



DESPESAS PAGAS

Do total dos créditos liquidados, foram pagos 99,97% (aproximadamente, R\$ 1,716 bilhão). Segue percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.

DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO



- ATIVOS CIVIS DA UNIÃO
- APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO
- CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
- BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS
- ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS
- DEMAIS AÇÕES DE GOVERNO



QUADRO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO DE GOVERNO CONSIGNADA NA LOA/2021

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA/2021

Em R\$

AÇÃO DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS		(E)	(E)/(A)
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)		
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	422.227.867,00	422.227.867,00	100,00%	421.795.579,39	99,90%	421.795.579,39	99,90%	432.287,61	0,10%
BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISL.	1.179.999,00	1.179.999,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.179.999,00	100,00%
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES	189.272.675,00	181.935.584,44	96,12%	181.890.584,44	96,10%	181.890.584,44	96,10%	45.000,00	0,02%
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS	46.143.440,00	46.143.440,00	100,00%	46.036.057,20	99,77%	46.036.057,20	99,77%	107.382,80	0,23%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	933.894.544,00	933.894.544,00	100,00%	925.390.288,78	99,09%	925.390.288,78	99,09%	8.504.255,22	0,91%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	51.343.199,00	51.343.199,00	100,00%	46.351.920,39	90,28%	46.351.920,39	90,28%	4.991.278,61	9,72%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA	120,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	80,00	80,00	100,00%	80,00	100,00%	80,00	100,00%	0,00	0,00%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	10.500.000,00	10.500.000,00	100,00%	8.835.487,90	84,15%	8.833.302,02	84,13%	1.666.697,98	15,87%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	98.220.301,00	96.306.613,51	98,05%	86.020.843,87	87,58%	85.439.106,32	86,99%	10.867.507,19	11,06%
TOTAL	1.752.782.225,00	1.743.531.326,95	99,47%	1.716.320.841,97	97,92%	1.715.736.918,54	97,89%	27.794.408,41	1,59%

A Ação de Governo Apreciação de Causas na Justiça no Trabalho possui 4 (quatro) Planos Orçamentários, tendo sua execução da despesa assim constituída:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	91.450.201,00	89.771.470,29	79.985.809,29	79.763.966,10
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVIÇ. E SISTEMAS DE TEC. DA INFORMACAO	5.736.024,00	5.572.340,02	5.072.231,98	4.712.337,62
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	744.544,00	701.833,69	701.833,09	701.833,09
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	289.532,00	260.969,51	260.969,51	260.969,51
TOTAL	98.220.301,00	96.306.613,51	86.020.843,87	85.439.106,32

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



A Escola Judicial é a Unidade Gestora Responsável (UGR 080045) pela gestão dos Planos Orçamentários de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e de Capacitação de Recursos Humanos, além de uma pequena parcela do Plano Orçamentário de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas, conforme a seguir.

Em R\$

UG RESPONSÁVEL	AÇÃO GOVERNO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15ª REGIÃO	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	178.745,47	178.745,47	178.085,99	178.085,99
		CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	744.544,00	701.833,69	701.833,09	701.833,09
		FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	289.532,00	260.969,51	260.969,51	260.969,51
			1.212.821,47	1.141.548,67	1.140.888,59	1.140.888,59

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis englobam os seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS	6.065.308,00	6.065.308,00	6.065.141,18	6.065.141,18
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS	3.093,00	3.093,00	2.971,78	2.971,78
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	44.857.177,00	44.857.177,00	39.866.388,80	39.866.388,80
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	417.621,00	417.621,00	417.418,63	417.418,63
TOTAL	51.343.199,00	51.343.199,00	46.351.920,39	46.351.920,39

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

RESUMO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Segue resumo comparativo da execução da despesa em relação a 2020, evidenciando os valores empenhados, pagos e os inscritos em restos a pagar.

EXECUÇÃO DA DESPESA	2021	2020	VARIACÃO	
			R\$	%
DESPESAS EMPENHADAS	1.743.531.326,95	1.745.797.054,01	-2.265.727,06	-0,13%
DESPESAS PAGAS	1.715.736.918,54	1.731.792.543,39	-16.055.624,85	-0,93%
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	27.794.408,41	14.004.510,62	13.789.897,79	98,47%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



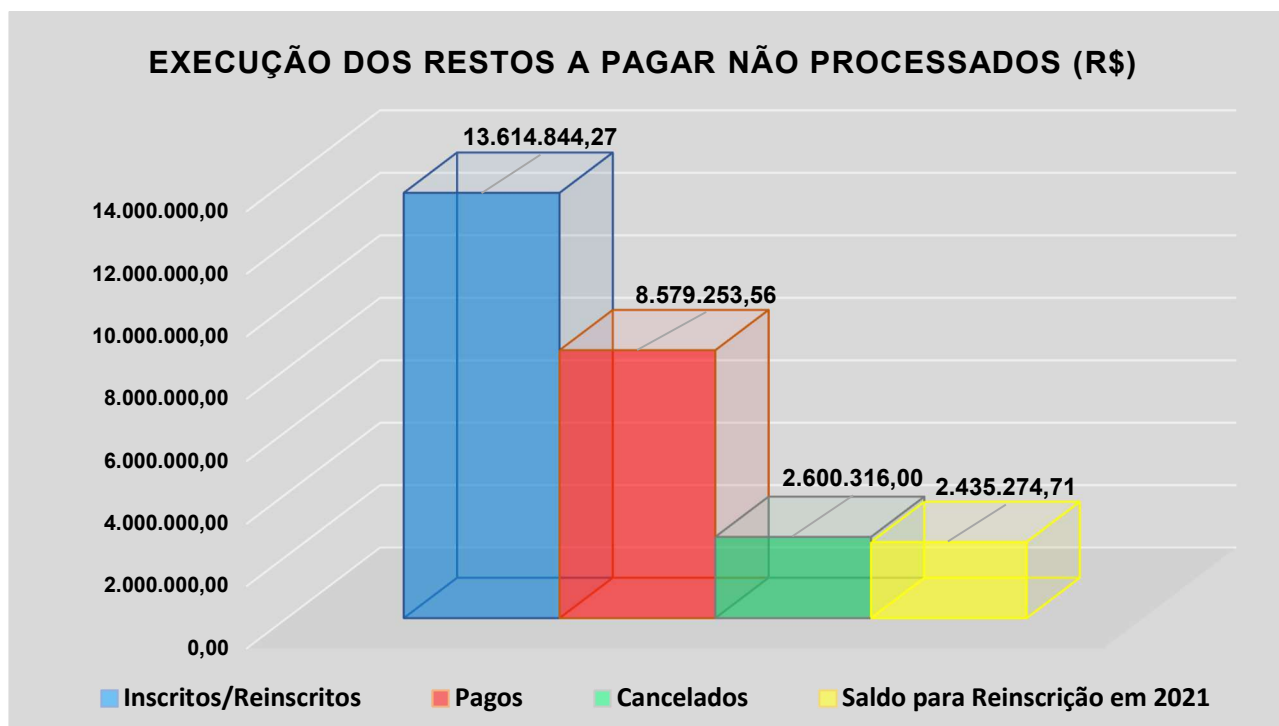
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No final de 2020 foram inscritos e reinscritos R\$ 14.111.105,64 em restos a pagar, conforme a seguir.



Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 96% do montante inscrito, e sua execução em 2021 é demonstrada a seguir.

NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS





Do total de R\$ 13,6 milhões inscritos/reinscritos, cerca de 63% (R\$ 8,6 milhões) foram liquidados e pagos, 19% (R\$ 2,6 milhões) foram cancelados e os 18% (R\$ 2,4 milhões) restantes foram reinscritos.

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	INSCRITOS / REINSCRITOS	PAGOS	% EXECUÇÃO	CANCELADOS	A PAGAR
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.315.567,00	3.181.569,21	96%	0,00	133.997,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.212.972,91	5.356.804,91	52%	2.600.316,00	2.255.852,00
INVESTIMENTOS	86.304,36	40.879,44	47%	0,00	45.424,92
TOTAL	13.614.844,27	8.579.253,56	63%	2.600.316,00	2.435.274,71

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

Do total de Restos a Pagar Não Processados pendentes de liquidação e pagamento, cerca de 93% correspondem a Outras Despesas Correntes, 5% são Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e 2% são relativos a Investimentos.

NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos R\$ 496.261,37 em Restos a Pagar Processados, sendo inscrição em 2020 de R\$ 493.510,37, e R\$ 2.751,00 reinscritos de anos anteriores.

Segue o detalhamento da execução por grupo de despesa:

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	INSCRITOS / REINSCRITOS	PAGOS	% EXECUÇÃO	CANCELADOS	A PAGAR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.042,80	265.754,65	97%	4.131,50	5.156,65
INVESTIMENTOS	221.218,57	221.218,57	100%	0,00	0,00
TOTAL	496.261,37	486.973,22	98%	4.131,50	5.156,65

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

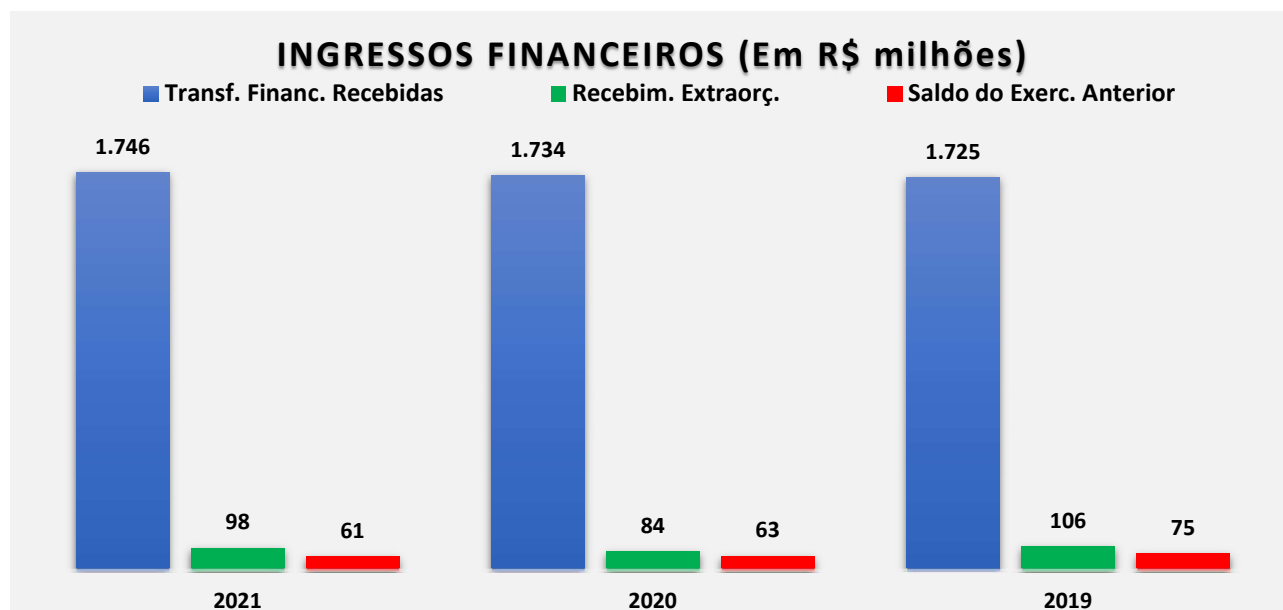
O Balanço Financeiro demonstra os Ingressos e Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

NE 5 - INGRESSOS

As Transferências Financeiras Recebidas em 2021 contabilizaram R\$ 1,746 bilhão, sendo: R\$ 1,743 bilhão Resultantes da Execução Orçamentária, mediante Sub-Repasses; e R\$ 2,6 milhões Independentes da Execução Orçamentária.

Os Recebimentos Extraorçamentários somaram R\$ 98,1 milhões, destacando-se nesse montante a Receita Arrecadada de R\$ 69,8 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2021 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 583,9 mil e R\$ 27,2 milhões, respectivamente.

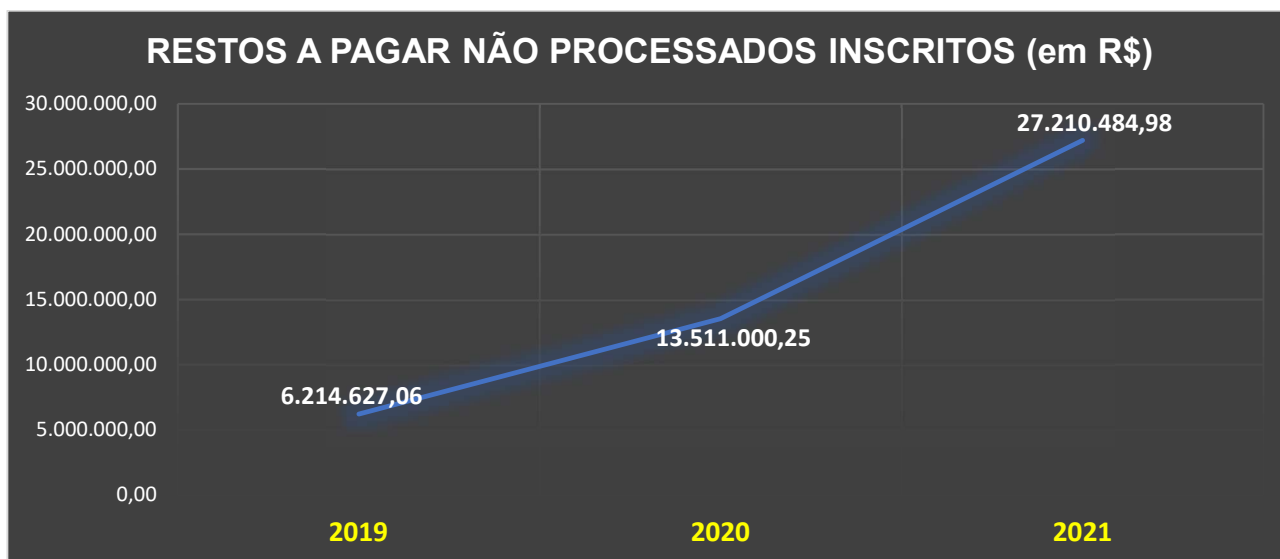
A seguir, o gráfico comparativo dos Ingressos Financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.





INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado em 2021, R\$ 27.210.484,98, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



A porcentagem dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados em relação ao crédito empenhado foi de 1,59%, em 2021. Do total inscrito, 65,61% são Outras Despesas Correntes, 33,01% são despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e 1,38% são de Investimentos. A seguir, tem-se a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa e segregados em Restos a Pagar Não Processados A Liquidar e Em Liquidação.

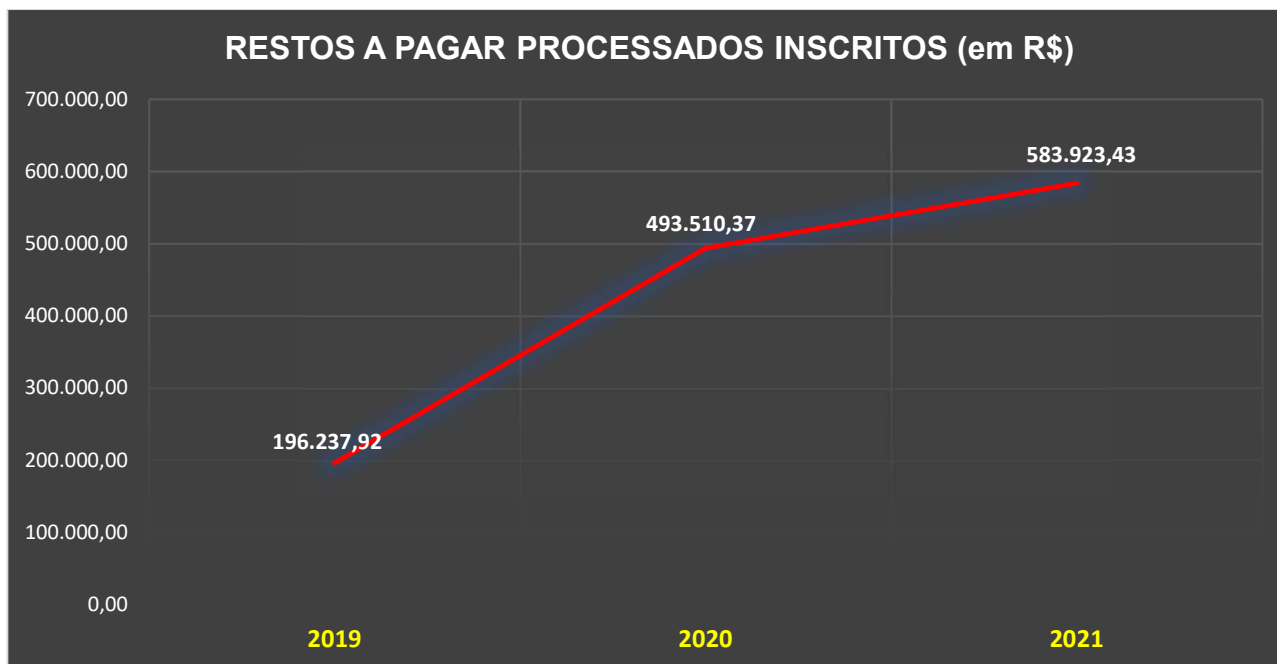
GRUPO DE DESPESA	RP NAO PROCESSADOS		TOTAL	COMPOSIÇÃO
	A LIQUIDAR	EM LIQUIDAÇÃO	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.389.411,33	6.592.131,50	8.981.542,83	33,01%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.110.779,89	7.743.249,59	17.854.029,48	65,61%
INVESTIMENTOS	362.413,89	12.498,78	374.912,67	1,38%
TOTAL	12.862.605,11	14.347.879,87	27.210.484,98	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, cerca de R\$ 1,716 bilhão, o saldo de R\$ 583.923,43 foi inscrito em Restos a Pagar Processados. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



Do valor inscrito, 61,64% são despesas com Serviços de TIC-PJ e 36,77% são despesas com Locação de Mão-de-Obra. A seguir, o quadro apresenta a composição dos valores inscritos por Grupo e Elemento de Despesa.

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	RP PROCESSADOS	
		INSCRICAO R\$	COMPOSIÇÃO %
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA	2.185,88	0,37%
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	214.728,79	36,77%
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	7.114,40	1,22%
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO – PJ	359.894,36	61,64%
TOTAL		583.923,43	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



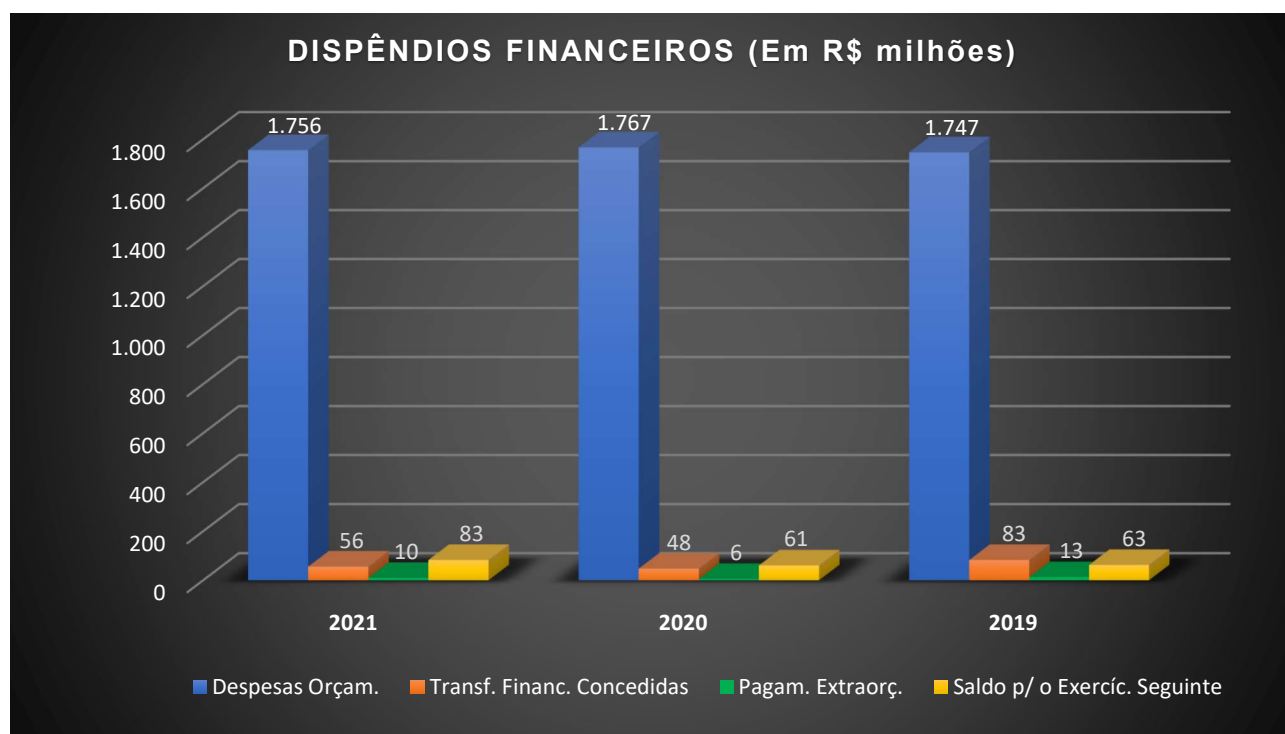
NE 6 - DISPÊNDIOS

As Despesas Orçamentárias somaram cerca de R\$ 1,756 bilhão, sendo que 73% foram ordinárias (R\$ 1,274 bilhão), e 27% vinculadas à Seguridade e a Previdência Social, à Dívida Pública e Outros Recursos Vinculados (R\$ 482,7 milhões).

As Transferências Financeiras Concedidas somaram R\$ 55,7 milhões, sendo que a maior parte são Independentes da Execução Orçamentária, R\$ 53,2 milhões referem-se, sobretudo, às Receitas Arrecadadas e recolhidas ao Tesouro Nacional; e R\$ 2,5 milhões são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamentos de Restos a Pagar.

As Despesas Extraorçamentárias (R\$ 9,5 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2021 a título de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício anterior, além de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



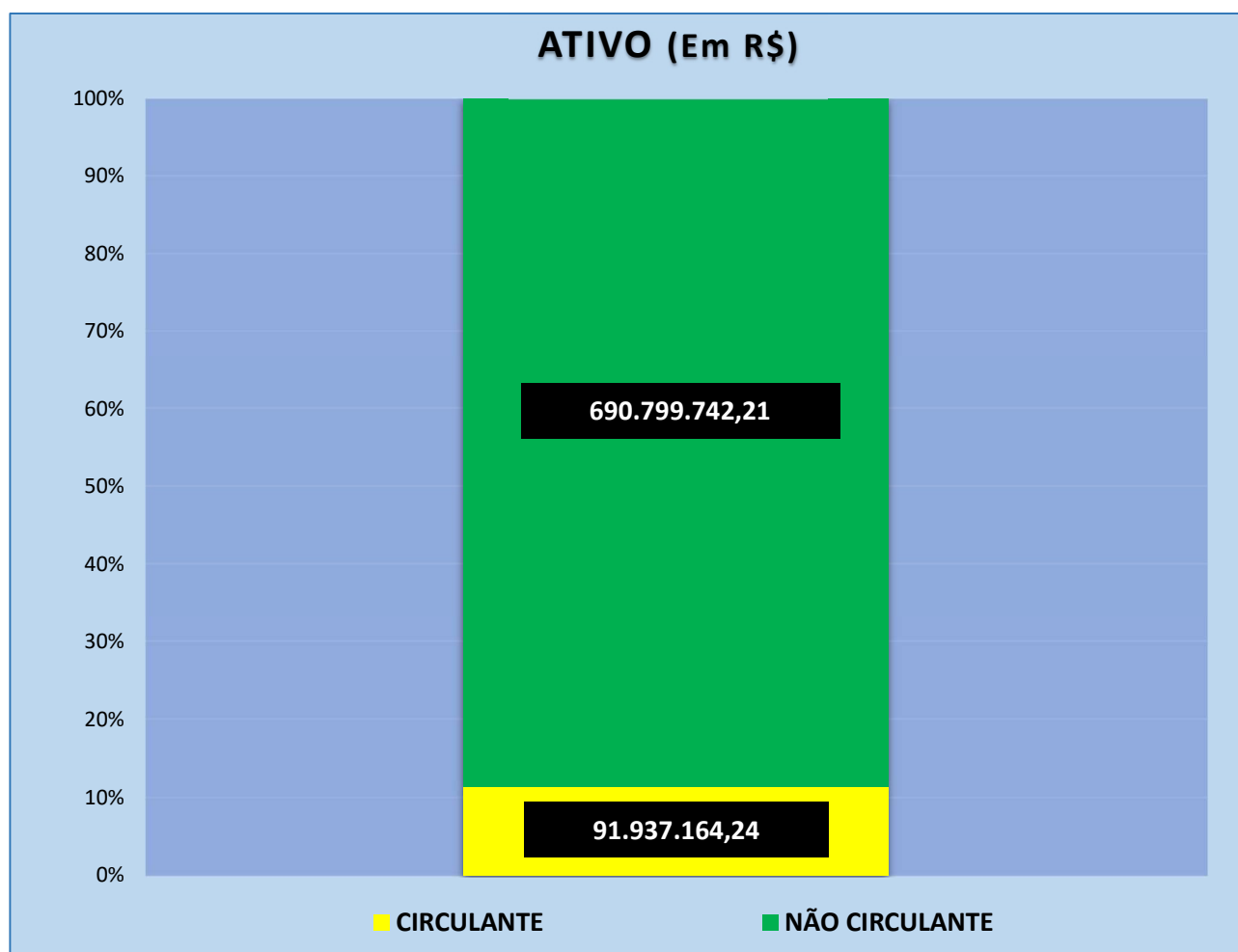


NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

ATIVO

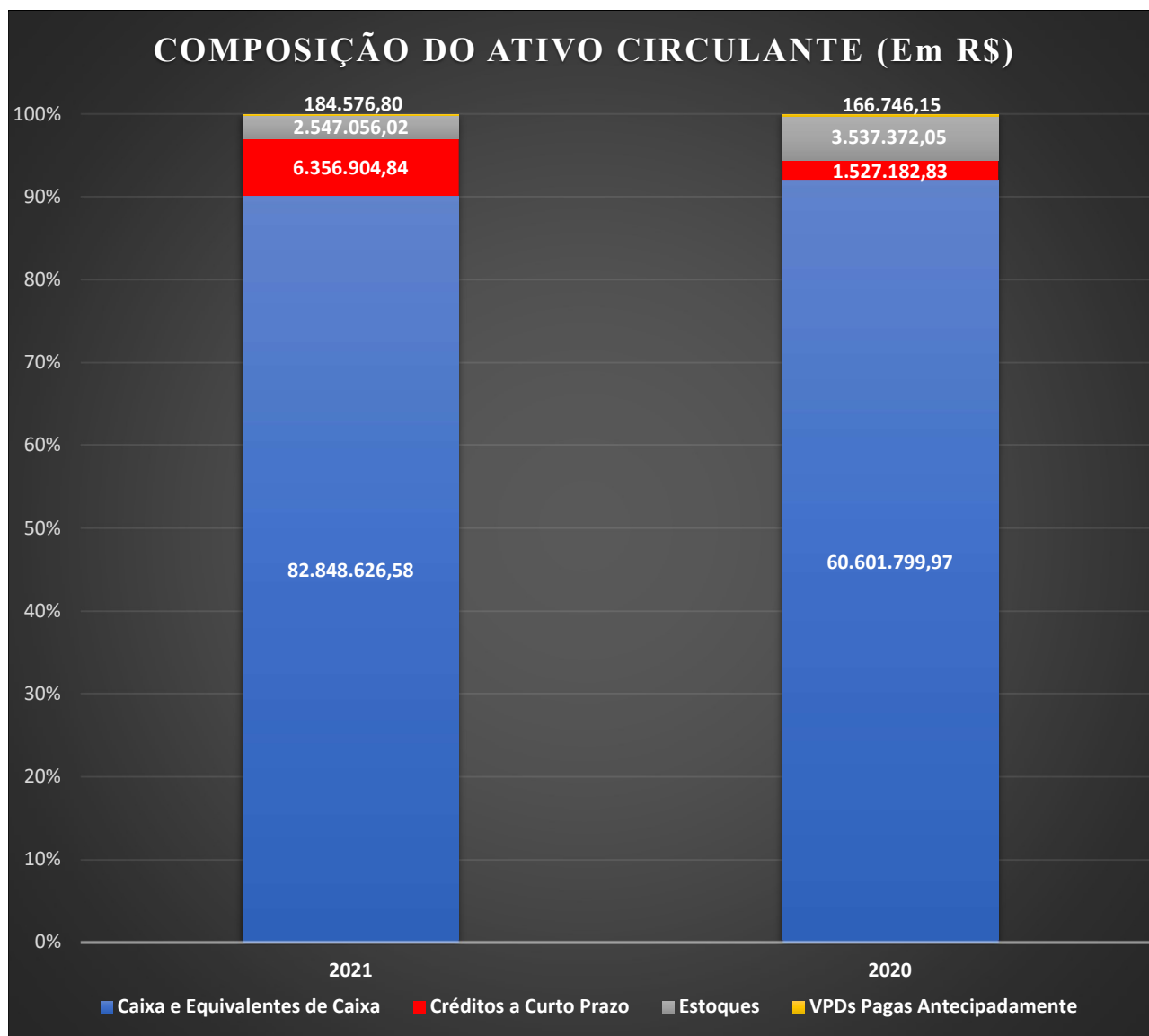
O Ativo somou R\$ 782,7 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representou 88% do total, conforme pode-se verificar, a seguir.





NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. A seguir, é possível verificar a composição do Circulante em 2021, que somou R\$ 91.937.164,24, em comparação com o exercício anterior.

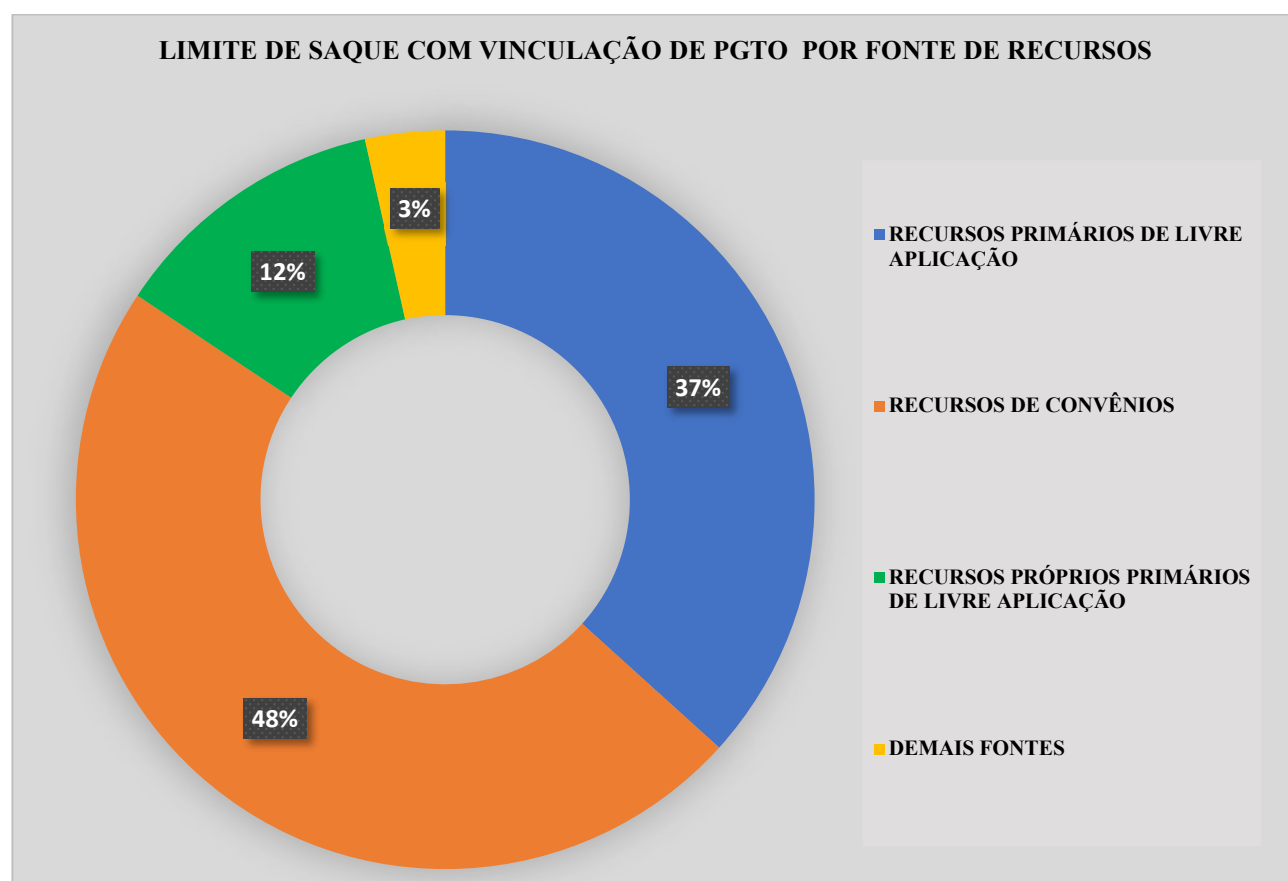


Constata-se, mediante análise gráfica, que 90% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 82.848.626,58,



sendo que destes, 99,93% (R\$ 82.789.191,38) dizem respeito ao saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da conta única do Tesouro Nacional, conforme Programação Financeira, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2022, inscritas como Restos a Pagar no final de 2021. O restante de Caixa e Equivalentes corresponde a depósitos restituíveis recebidos a título de Cauções (R\$ 59.435,20).

Segue gráfico com a composição do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos.



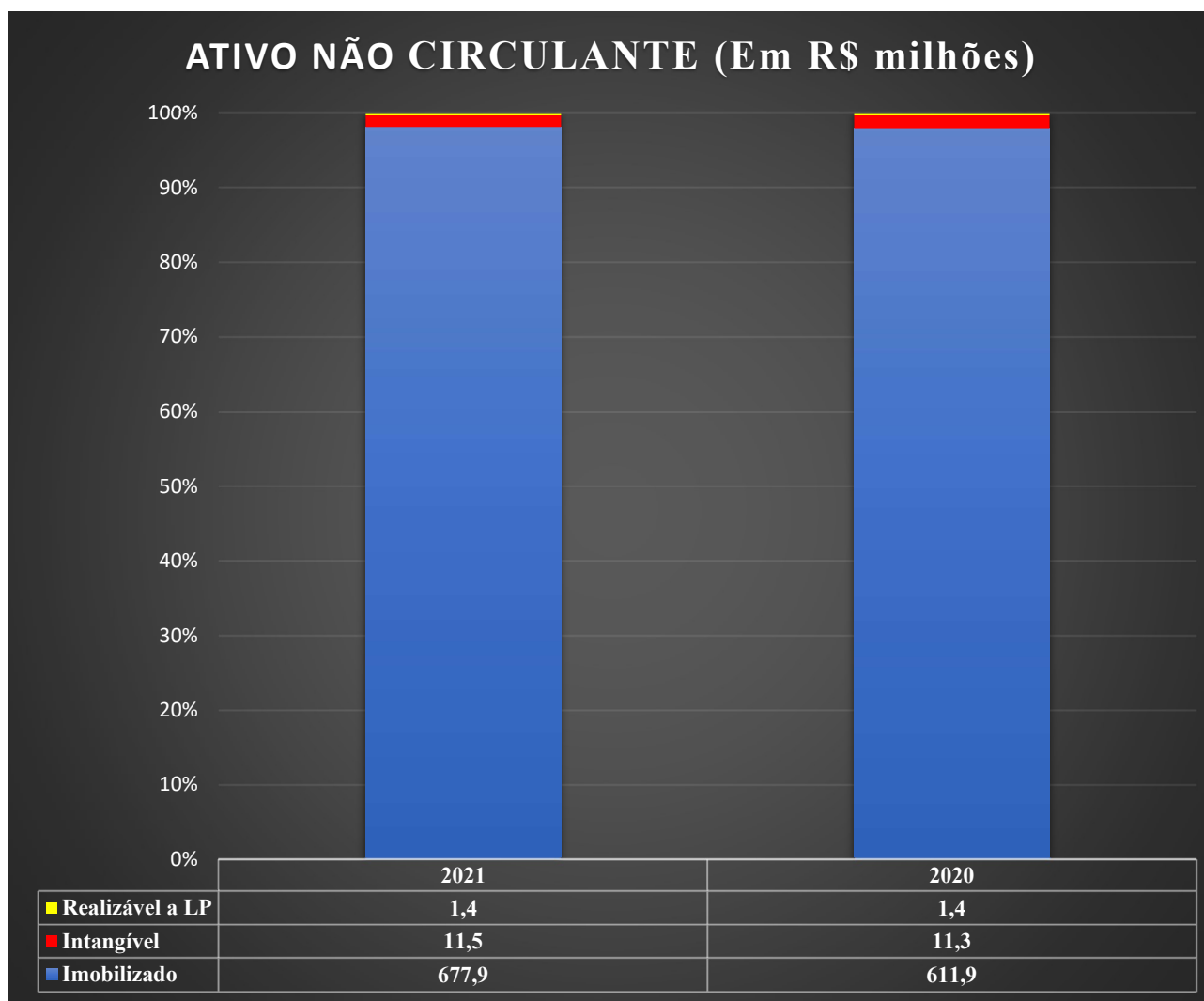
Os recursos de Convênios (R\$ 39,4 milhões), os Primários (R\$ 30,4 milhões) e os Próprios diretamente arrecadados (R\$ 10,1 milhões) correspondem juntos a 97% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.



Os Créditos a Curto Prazo são adiantamentos de salários, de gratificações natalinas e demais créditos decorrentes da folha de pagamento. Os Estoques correspondem aos materiais de consumo em Almoxarifado. Por fim, as Despesas Pagas Antecipadamente correspondem às assinaturas e anuidades, além de prêmios de seguros a apropriar.

NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 690.799.742,21, constituído por Créditos Realizáveis a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, conforme segue discriminado.



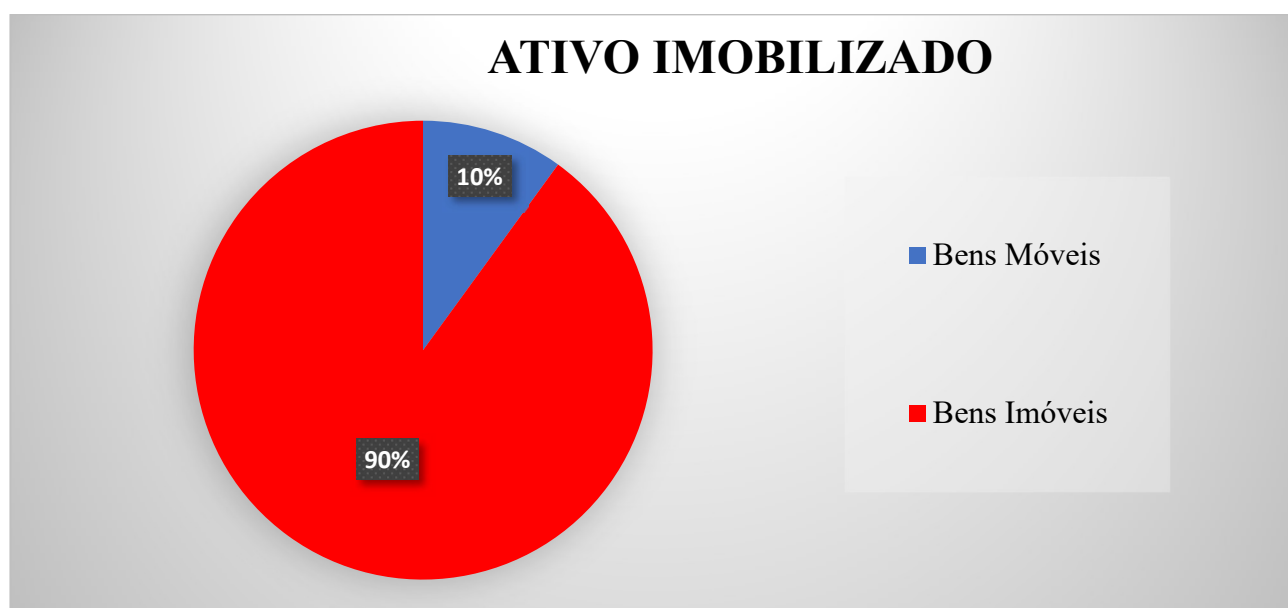


Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 98% do grupo, o equivalente a R\$ 677.908.839,31. Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os Intangíveis são compostos por Softwares, sendo R\$ 229.899,90 com vida útil definida, e a maior parte, R\$ 11.352.403,64, com vida útil indefinida, ou seja, com licenças perpétuas de uso, ou com prazos indefinidos.

Por fim, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo referem-se ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior de Trabalho – TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Funpresp-Jud (Previdência Complementar), em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 21/2015, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT_N ° 040/2015 e Mensagem SIAFI 2019/1138678 de 22/10/2019, R\$ 1.298.934,84, e o restante são adiantamentos concedidos a pessoal, encaminhados para inscrição em dívida ativa, que somam R\$ 134.193,60.

O Ativo Imobilizado é segregado em Bens Móveis e Imóveis, conforme a seguir:





BENS MÓVEIS

Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos.

BENS MÓVEIS - 2021

Em R\$

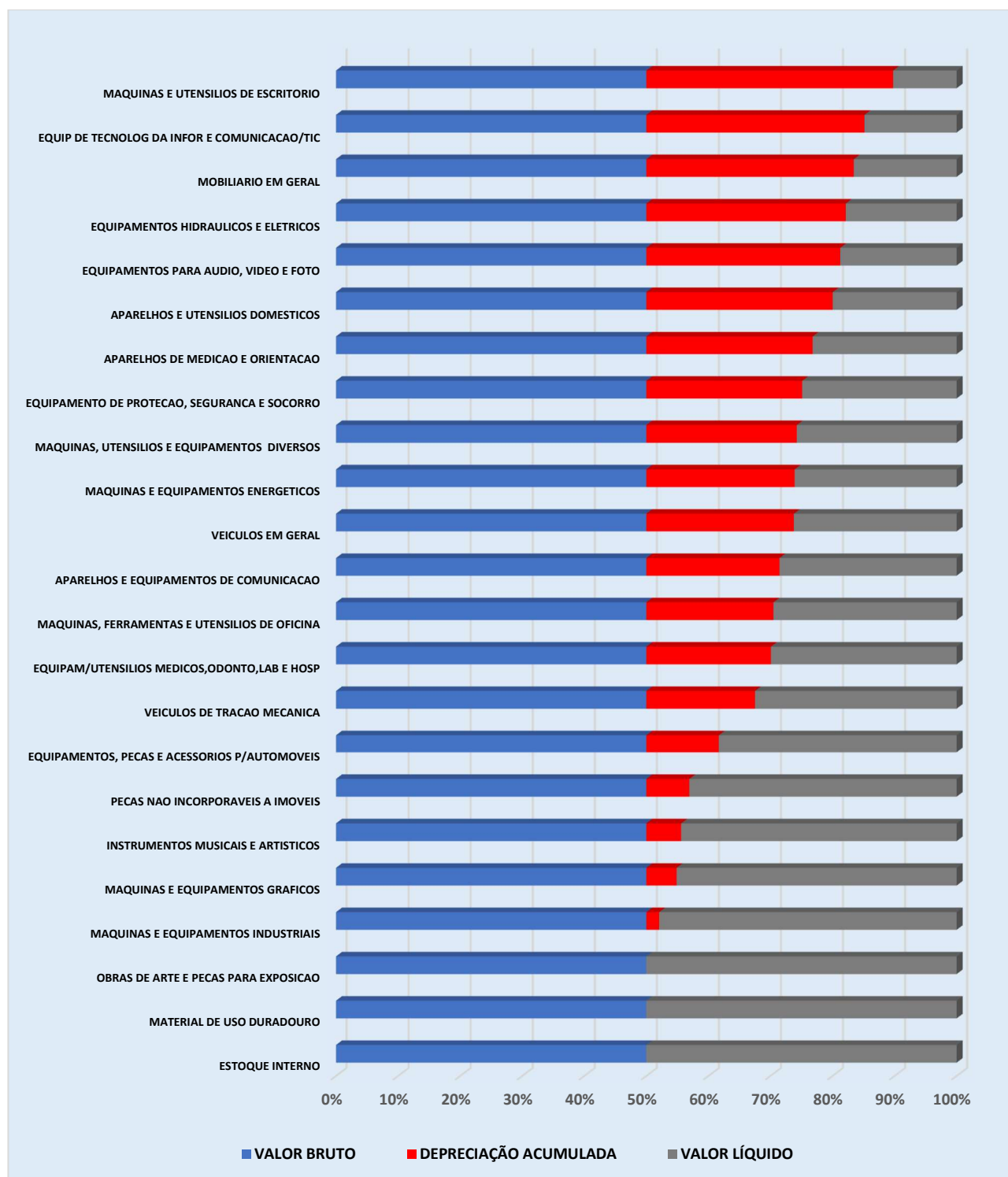
CONTA CONTÁBIL	VALOR BRUTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	80.064.963,46	-56.305.134,11	23.759.829,35
MOBILIARIO EM GERAL	25.064.474,98	-16.761.505,12	8.302.969,86
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10.087.812,85	-6.058.610,80	4.029.202,05
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	7.735.755,07	-2.709.452,47	5.026.302,60
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	3.452.039,60	-1.734.604,39	1.717.435,21
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.139.159,05	-1.337.084,16	802.074,89
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.593.994,38	-684.273,91	909.720,47
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	686.364,30	-328.060,82	358.303,48
ESTOQUE INTERNO	464.428,31	0,00	464.428,31
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	426.953,40	-206.977,94	219.975,46
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	419.519,67	-333.673,06	85.846,61
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	325.818,51	-130.891,37	194.927,14
MATERIAL DE USO DURADOURO	324.887,59	0,00	324.887,59
VEICULOS EM GERAL	208.743,87	-99.268,88	109.474,99
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	126.882,66	-68.029,99	58.852,67
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	43.195,05	-27.777,18	15.417,87
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	38.821,07	0,00	38.821,07
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	30.287,97	-7.080,80	23.207,17
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	25.409,16	-3.526,07	21.883,09
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	20.679,55	-8.472,02	12.207,53
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	7.399,68	-309,12	7.090,56
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	3.670,00	-412,80	3.257,20
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.198,39	-116,98	1.081,41
TOTAL	133.292.458,57	-86.805.261,99	46.487.196,58

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis em ordem decrescente de depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo com a análise da composição e com o planejamento de futuros investimentos.

ANÁLISE DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS





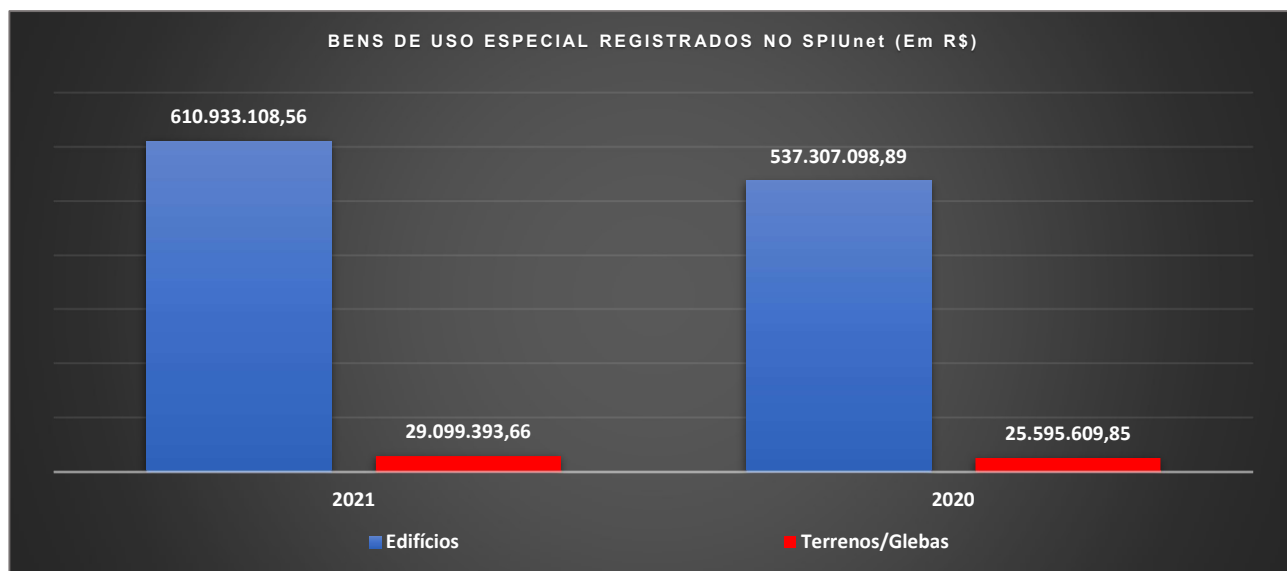
BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis representam 81% do Ativo (Patrimônio Bruto). Compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento e Instalações.

COMPOSIÇÃO	2021	2020	VARIÇÃO	
			%	R\$
Bens de Uso Especial	640.032.502,22	562.902.708,74	13,70	77.129.793,48
Bens Imóveis em Andam. e Instalações	1.473.661,85	359.865,28	309,50	1.113.796,57
(-) Depreciação Acumulada	-10.084.521,34	-9.576.183,36	5,31	-508.337,98
TOTAL	631.421.642,73	553.686.390,66	14,04	77.735.252,07

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios e Terrenos/Glebas, que correspondem a 95% e 5% do total, respectivamente. Segue gráfico comparativo entre 2021 e 2020, desconsiderando os valores das depreciações.



A variação de R\$ 73.626.009,67 em Edifícios e de R\$ 3.503.783,81 em Terrenos e Glebas são fruto das reavaliações/atualizações dos Bens Imóveis realizadas pela Gestão Patrimonial, diretamente no Sistema SPIUnet com reflexos no Sistema SIAFI.



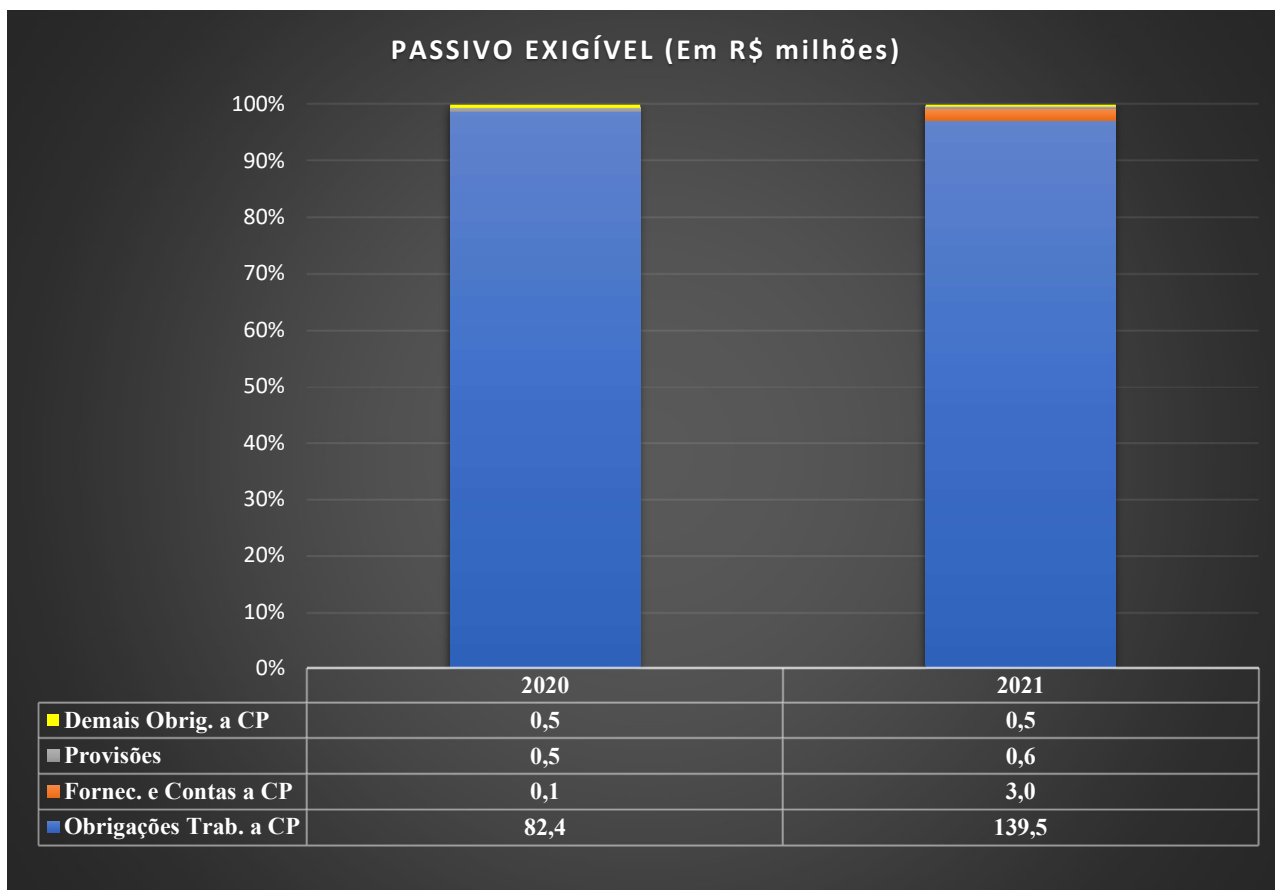
Já os Bens Imóveis em Andamento e Instalações contemplam valores que com a conclusão das obras serão incorporados aos valores dos imóveis, sendo composto por Estudos e Projetos R\$ 163.065,28 (Vara de Trabalho de Votuporanga), e Instalações, sendo R\$ 196.800,00 relativos à instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de Rio Claro e R\$ 1.113.796,57 relativos à modernização do sistema de ar-condicionado do Edifício Sede Judicial.

PASSIVO

O Passivo corresponde ao saldo das obrigações devidas pela entidade.

NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL

O Passivo Exigível de R\$ 143,5 milhões está constituído pelas seguintes obrigações:





As Obrigações Trabalhistas sofreram um aumento de R\$ 57,1 milhões e representam cerca de 97% de todo o Passivo Exigível.

O aumento de R\$ 2,9 milhões de obrigações com Fornecedores em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, pelo aprimoramento dos procedimentos de reconhecimento e de registro das obrigações em atendimento ao Regime de Competência, em atenção à recomendação constante no Relatório de Auditoria Interna nas Contas Anuais de 2020 (Proad 17776/2020) e às orientações do Manual SIAFI, na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício, especialmente, os itens 4.1.2., 4.2.3.2., 4.2.3.3., que tratam da inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados Em Liquidação. Este aprimoramento iniciado em 2021 contribuiu para mitigar as distorções nas contas dos passivos exigíveis.

As Provisões encerraram o exercício classificadas como Longo Prazo, no Ativo Não Circulante, mas de forma transitória, com a finalidade de evidenciar seus registros por Inscrição Genérica, uma vez que a Situação SIAFI Web PRV007 para registro no Curto Prazo estava apresentando problema em sua estrutura. A Setorial Contábil (CSJT) informou a STN que, por sua vez, regularizou a Situação PRV007, mas, apenas, podendo ser utilizada corretamente a partir de 2022. Desta forma, logo no início de 2022, foi possível acertar a classificação no Curto Prazo por Inscrição Genérica.

NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor residual dos Ativos após deduzidos todos os Passivos corresponde ao Patrimônio Líquido, que acumulou R\$ 639,2 milhões.

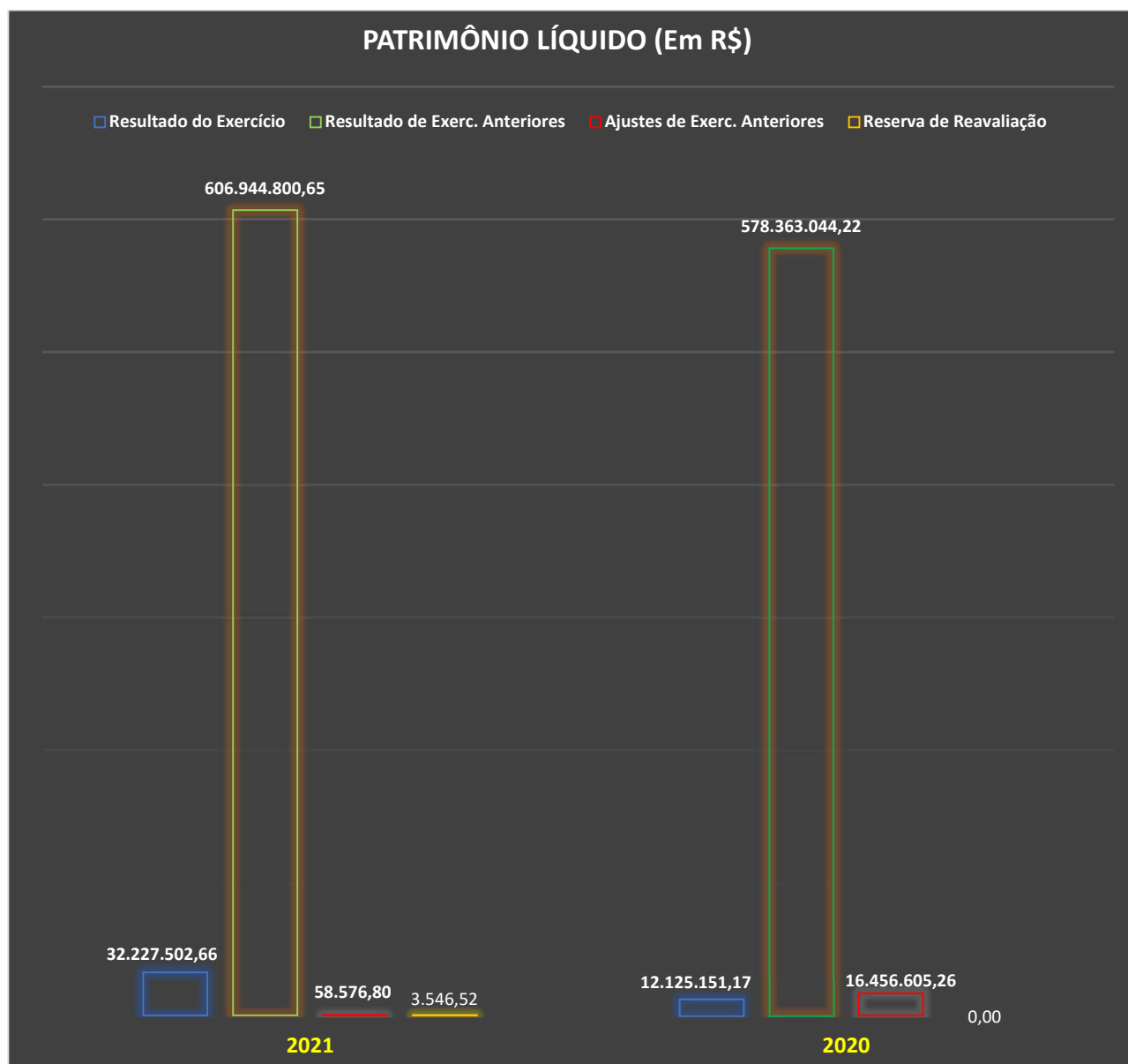
O aumento de cerca de R\$ 32,3 milhões, se deu em função do Resultado Patrimonial do Exercício (R\$ 32,2 milhões) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, dos Ajustes positivos de Exercícios Anteriores (R\$ 58,6 mil) e pela constituição de Reserva de Reavaliação de Bens Móveis (R\$ 3,5 mil).



Os Ajustes de Exercícios Anteriores foram devidos às baixas de passivos trabalhistas reconhecidos a maior em anos anteriores, quando da apuração final, no momento do pagamento das obrigações.

A Reserva de Reavaliação, corresponde às reavaliações registradas nas contas 123110106 - Máquinas e Equipamentos Industriais (R\$ 2.778,56) e 123110108 - Máquinas e Equipamentos Gráficos (R\$ 767,96).

A seguir, o gráfico comparativo com o ano anterior.



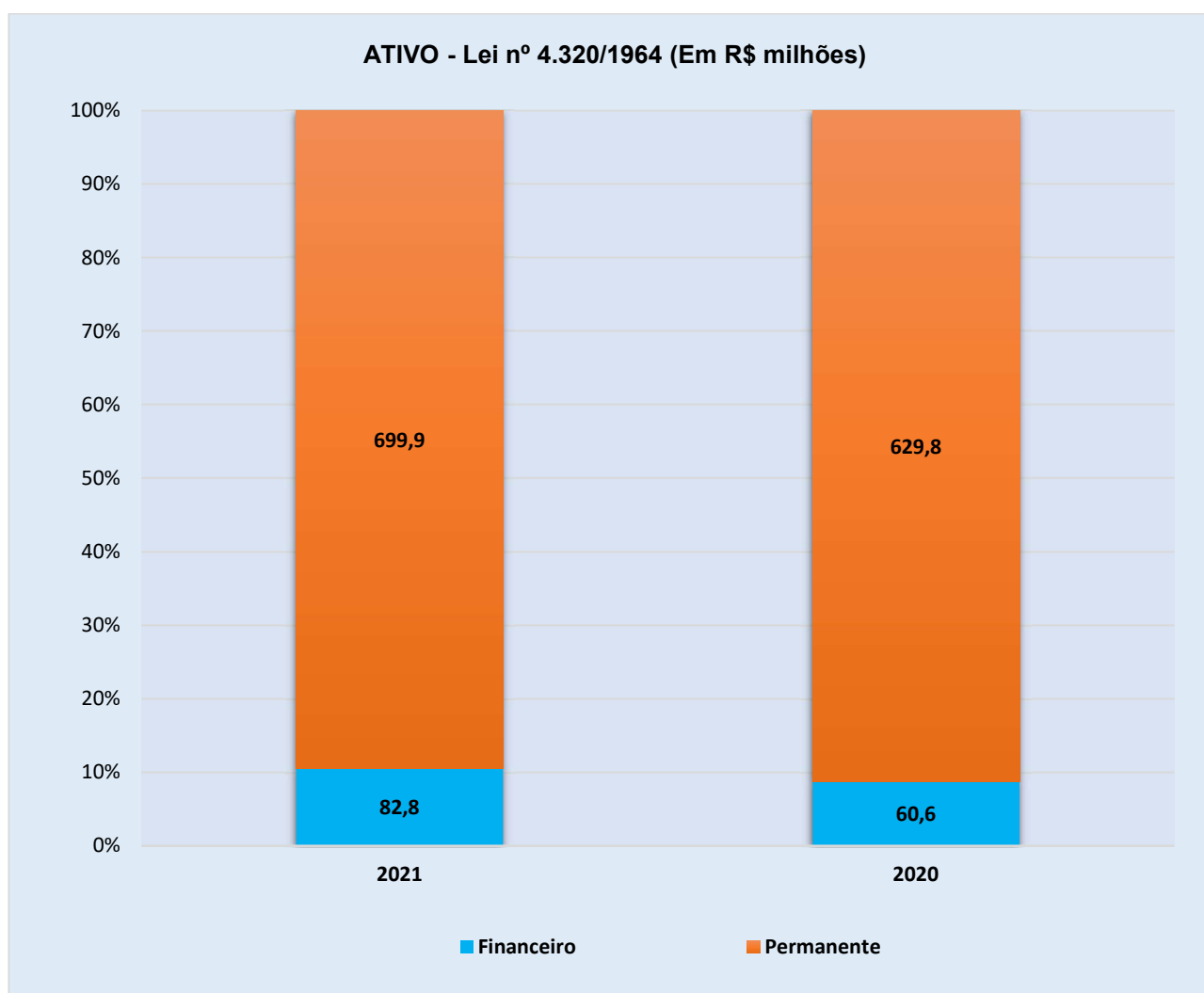


ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

O Ativo Total somou R\$ 782.736.906,45, composto da seguinte maneira:

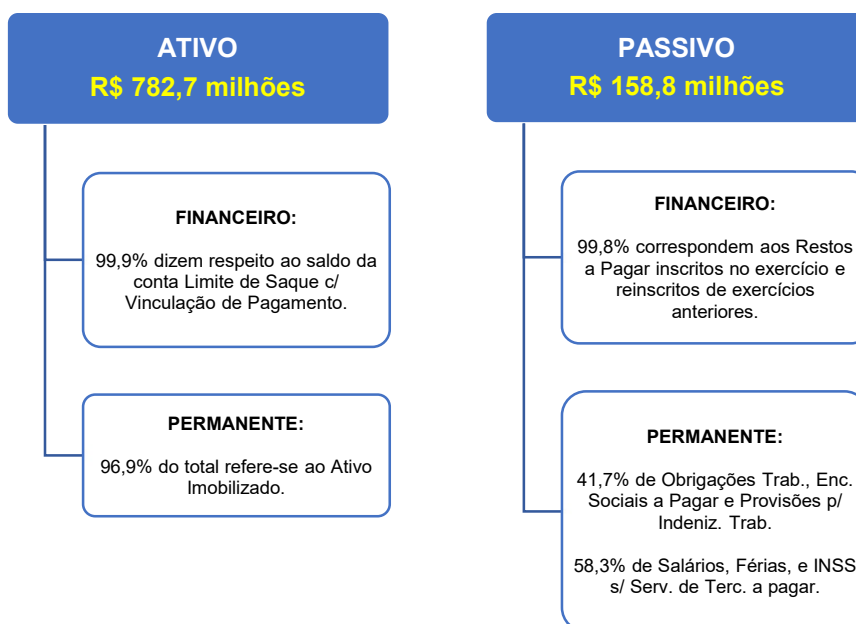
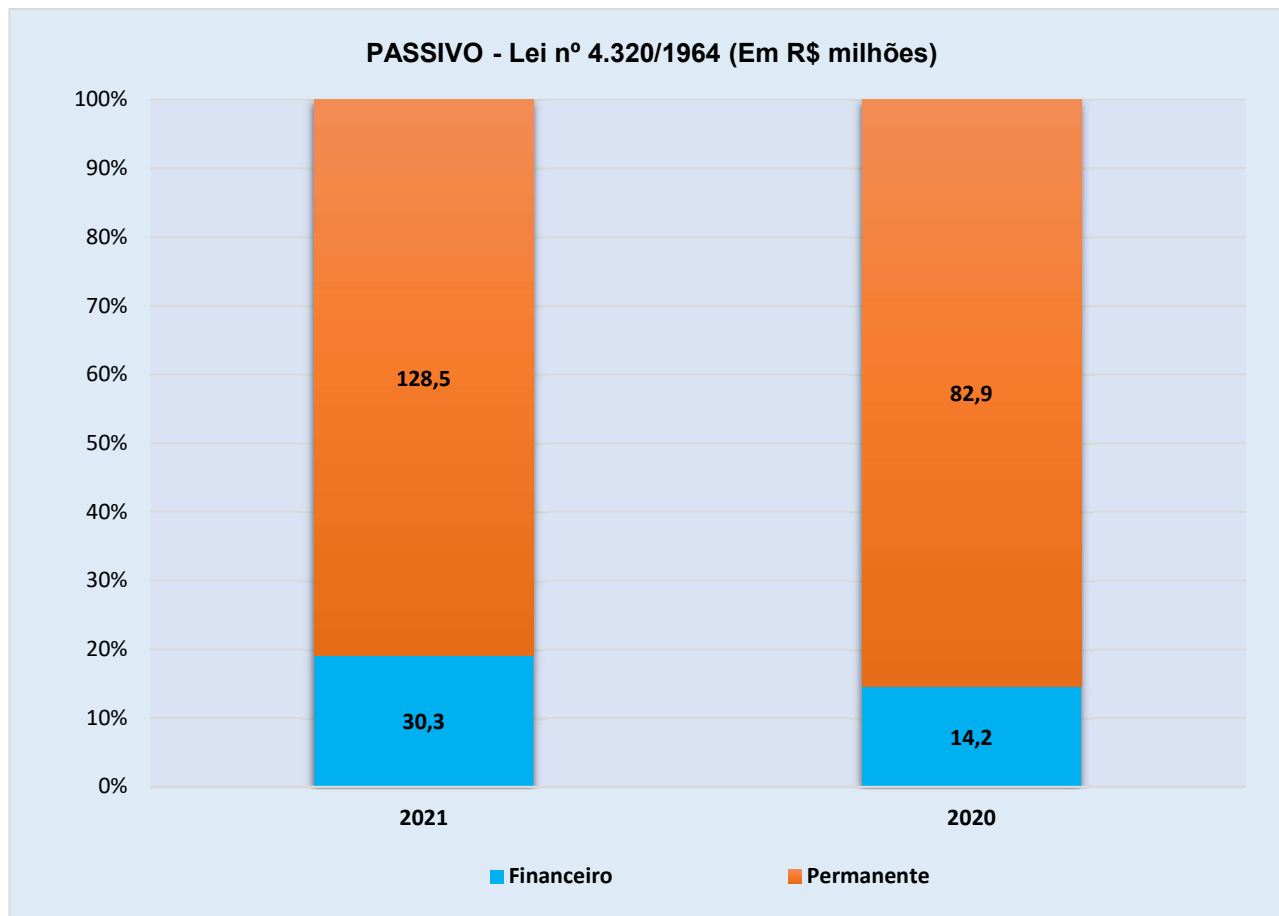


Pela análise gráfica, observa-se que os Ativos Financeiro e Permanente representam, respectivamente, 11% e 89% do Ativo.



NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

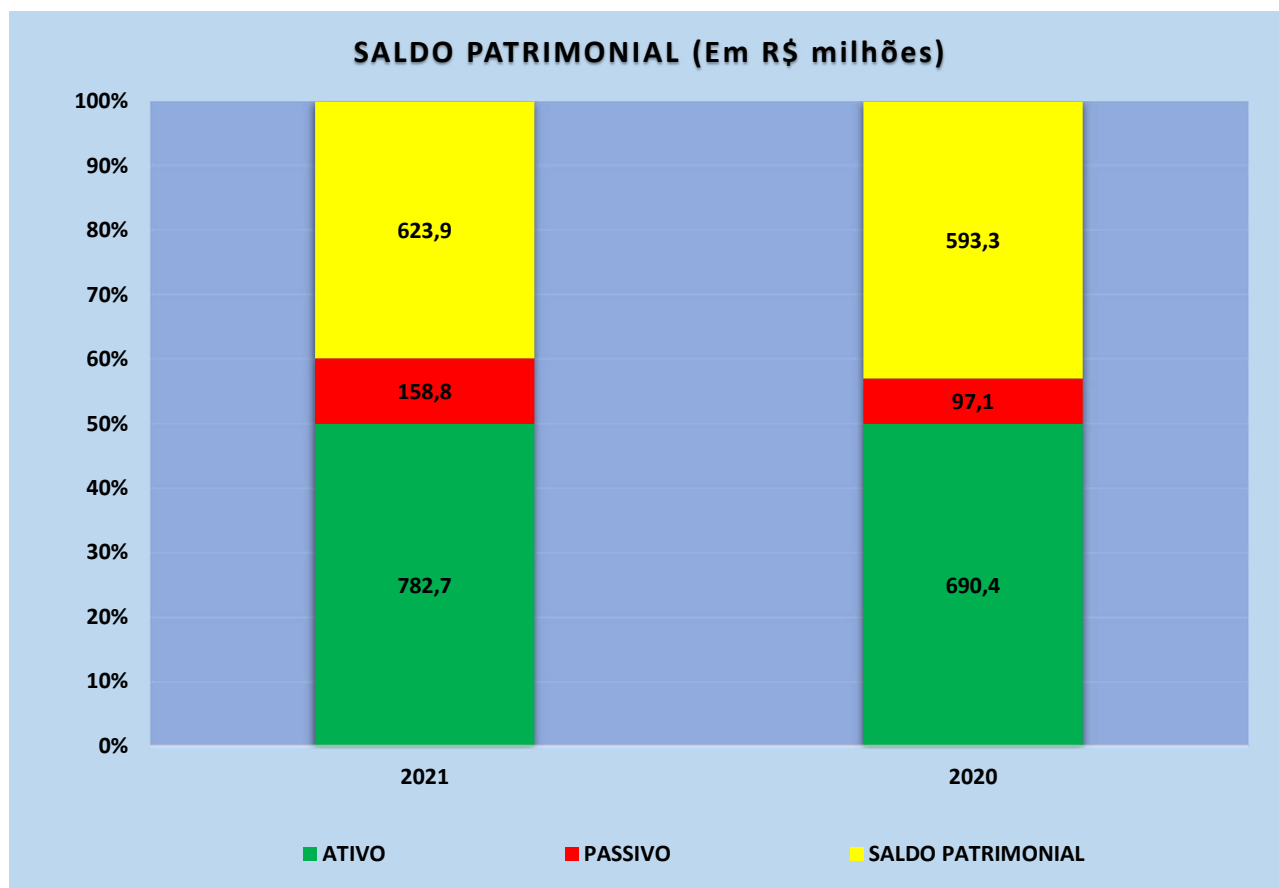
O Passivo somou R\$ 158.799.567,29, assim constituído:





NE 13 – SALDO PATRIMONIAL

Os Ativos aumentaram R\$ 92,3 milhões, enquanto os Passivos cresceram R\$ 61,7 milhões, resultando em uma evolução do Saldo Patrimonial de 5,16% (R\$ 30,6 milhões) em relação ao exercício anterior.



O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 623.937.339,16, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 15.297.087,47 a menor, em virtude de o Passivo Financeiro computar os seguintes saldos: R\$ 12.862.605,11 relativos aos créditos a liquidar inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício e R\$ 2.434.482,36 originários do saldo remanescente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar reinscritos em 2021. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Desta forma, esses montantes computados no Passivo Financeiro impactam o Saldo Patrimonial.



ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Registra os atos e fatos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

ATIVOS R\$ 6.914.343,87	PASSIVOS R\$ 124.421.126,12
<ul style="list-style-type: none">• R\$ 4.616.902,30: Garantias e Contragarantias Recebidas (Fianças, Seguros-Garantia, e Cauções);• R\$ 2.297.441,57: Direitos Contratuais de Aluguéis (Cessões Onerosas).	<ul style="list-style-type: none">• R\$ 124.421.126,12: Obrigações Contratuais (Serviços, Aluguéis, e Fornecimento de Bens).

NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 6.914.343,87, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2021	2020	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Fianças a executar	350.505,43	1.448.478,61	5,07%	-75,80%	-1.097.973,18
Seguros-garantia a executar	4.206.961,67	4.748.517,88	60,84%	-11,40%	-541.556,21
Caução a executar	59.435,20	44.814,73	0,86%	32,62%	14.620,47
Contratos de alugueis em execução	2.297.441,57	3.004.643,53	33,23%	-23,54%	-707.201,96
Total	6.914.343,87	9.246.454,75	100,00%	-25,22%	-2.332.110,88

Fonte: Tesouro Gerencial

As fianças, os seguros-garantia e as cauções a executar correspondem a 67% dos Atos Potenciais Ativos. Os saldos de cauções a executar, depósitos restituíveis em contas bancárias na Caixa Econômica Federal, foram conciliados com o extrato bancário de dezembro de 2021.

Os contratos de alugueis em execução, dizem respeito aos termos de cessões onerosas de espaços físicos: Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica



Federal; Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil; e Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados.

NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 124.421.126,12, 49,27% referem-se a contratos de serviços e 49,23% a contratos de aluguéis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado:

Exercício	2021	2020	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Serviços	61.303.831,83	61.894.659,63	49,27%	-0,95%	-590.827,80
Aluguéis	61.255.239,07	62.343.431,47	49,23%	-1,75%	-1.088.192,40
Fornecimento de Bens	1.862.055,22	2.249.475,48	1,50%	-17,22%	-387.420,26
Total	124.421.126,12	126.487.566,58	100,00%	-1,63%	-2.066.440,46

Fonte: Tesouro Gerencial

NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

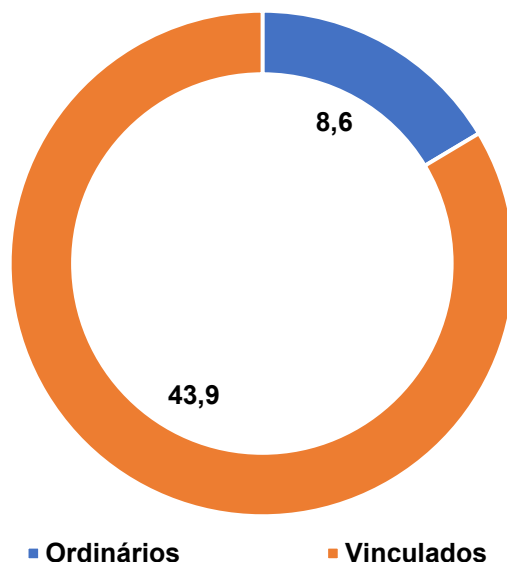
O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 52.554.351,61.





Esse saldo financeiro está composto da seguinte maneira.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Em R\$ milhões)



O Superávit Financeiro em 2021 em relação ao exercício anterior variou positivamente em 13%:

EXERCÍCIO	2021	2020	VARIÇÃO	
			%	R\$
CONTA	SALDO R\$	SALDO R\$	%	R\$
ATIVO FINANCEIRO	82.848.626,58	60.601.799,97	37%	22.246.826,61
PASSIVO FINANCEIRO	30.294.274,97	14.175.790,66	114%	16.118.484,31
SUPERÁVIT FINANCEIRO	52.554.351,61	46.426.009,31	13%	6.128.342,30

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2021, os Ingressos Operacionais superaram os Desembolsos Operacionais e de Investimento em R\$ 22,2 milhões, aumentando o Caixa e Equivalentes em 37% no período.



NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas de R\$ 1,966 bilhão representaram um aumento de 7,98%, em relação ao exercício anterior. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 89,73%, sendo os Sub-Repasse para o atendimento do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário correspondente a 88,68% do total. As Receitas Arrecadadas com Taxas correspondem a 2,32%. A Valorização de Ativos apresentou variação relevante em virtude da Reavaliação de Bens Imóveis, realizada e registrada no SPIUnet pela Gestão Patrimonial.

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	45.578.259,41	43.069.539,21	2,32%	5,82%	2.508.720,20
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	852.709,78	846.721,26	0,04%	0,71%	5.988,52
VPA's Financeiras	151.055,97	73.493,65	0,01%	105,54%	77.562,32
Trans. e Delegações Recebidas	1.763.880.948,08	1.756.657.209,89	89,73%	0,41%	7.223.738,19
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	149.139.966,58	15.800.554,77	7,59%	843,89%	133.339.411,81
Outras VPA's	6.074.580,97	4.028.830,79	0,31%	50,78%	2.045.750,18
Total	1.965.677.520,79	1.820.476.349,57	100,00%	7,98%	145.201.171,22

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas foram de R\$ 1,933 bilhão. Desse total, 62,40% correspondem a despesas com Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionistas) e Encargos, 24,44% são relativas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais. O Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo somaram 5,57% do total. Em relação



a 2020, a variação relevante em VPD's Financeiras é fruto, principalmente, de encargos financeiros incidentes sobre os pagamentos de Honorários Periciais de Justiça Gratuita (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes).

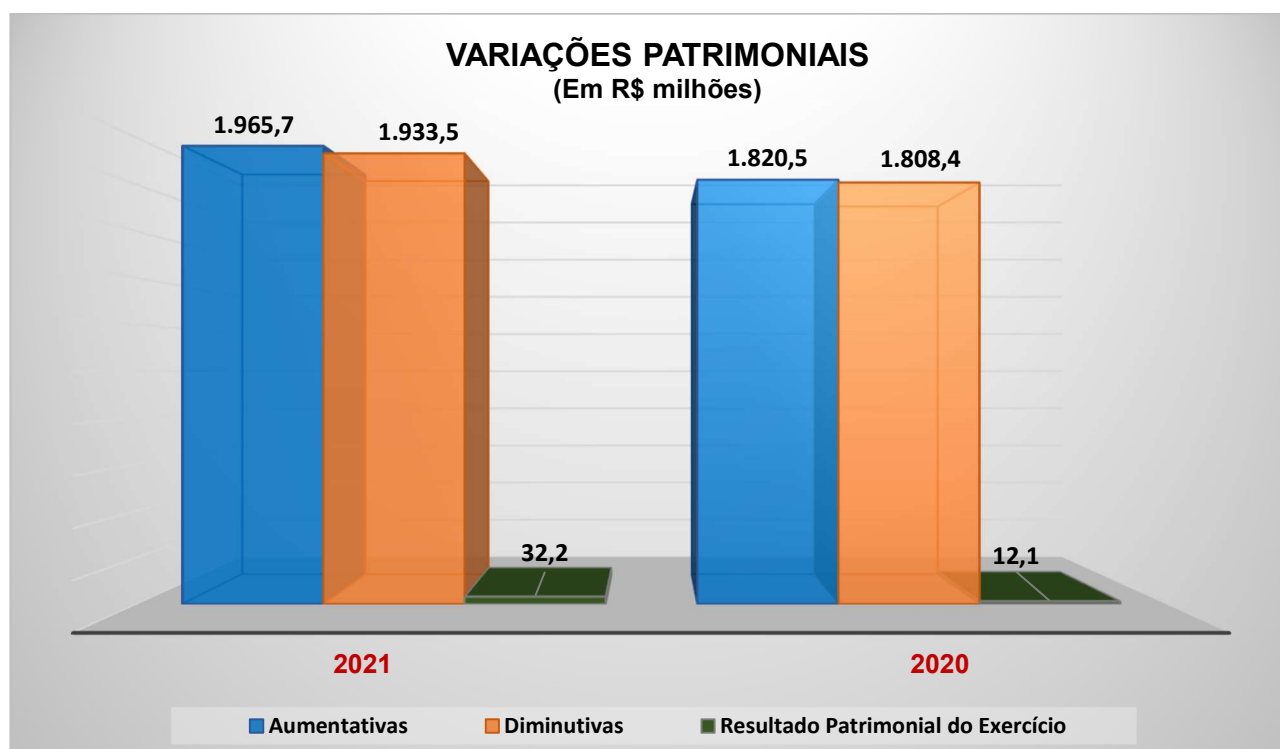
Em R\$

VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Pessoal e Encargos	1.206.470.598,77	1.145.157.481,24	62,40%	5,35%	61.313.117,53
Benefícios Previd. e Assistenciais	472.528.957,43	468.898.515,15	24,44%	0,77%	3.630.442,28
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	107.767.498,29	109.922.034,36	5,57%	-1,96%	-2.154.536,07
VPD's Financeiras	699.957,11	30.816,11	0,04%	2.171,40%	669.141,00
Transf. e Delegações Concedidas	56.100.128,31	49.289.541,07	2,90%	13,82%	6.810.587,24
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	86.578.741,86	30.994.522,45	4,48%	179,34%	55.584.219,41
Tributárias	1.812.729,53	3.247.415,73	0,09%	-44,18%	-1.434.686,20
Outras VPD's	1.491.406,83	810.872,29	0,08%	83,93%	680.534,54
Total	1.933.450.018,13	1.808.351.198,40	100,00%	6,92%	125.098.819,73

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi superavitário, R\$ 32,2 milhões, com as Variações Patrimoniais Aumentativas aumentando 8%, enquanto as Diminutivas aumentaram 7%, em relação ao exercício anterior.





NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

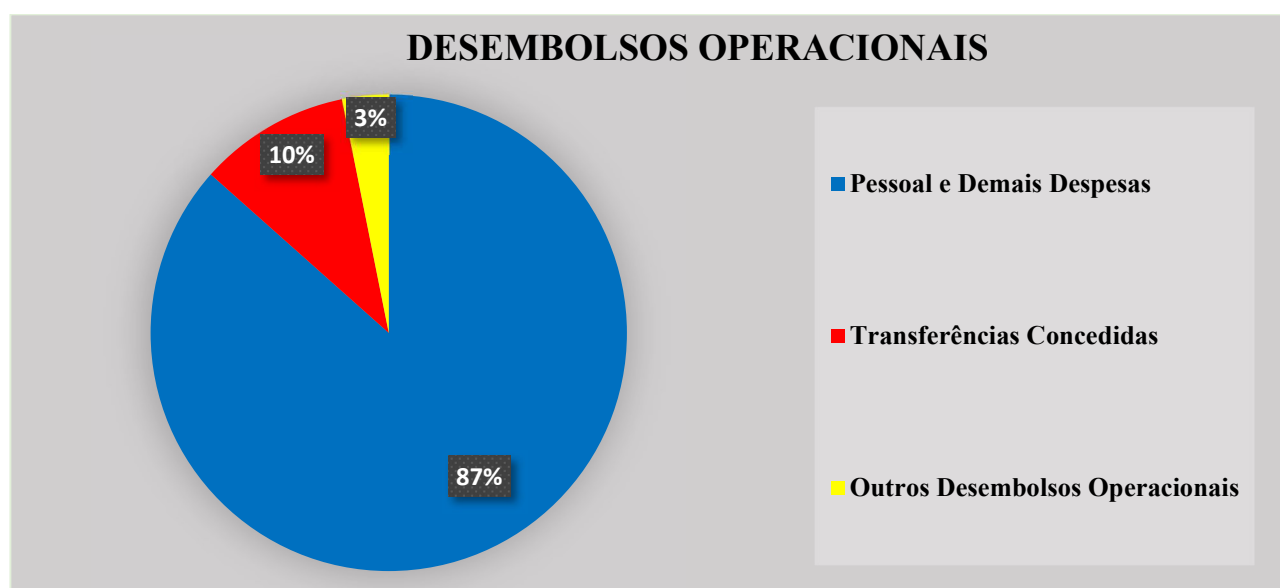
A DFC identifica:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das Demonstrações Contábeis.

NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Ingressos superaram os Desembolsos em 1,35% gerando um saldo positivo de R\$ 24.127.473,60. Os Ingressos totalizaram R\$ 1.816.109.524,13. Cerca de 96% correspondem às Transferências Financeiras Recebidas, em quase sua totalidade, na forma de Sub-Repasse.

Os Desembolsos Operacionais de R\$ 1.791.982.050,53 apresentaram a seguinte composição:



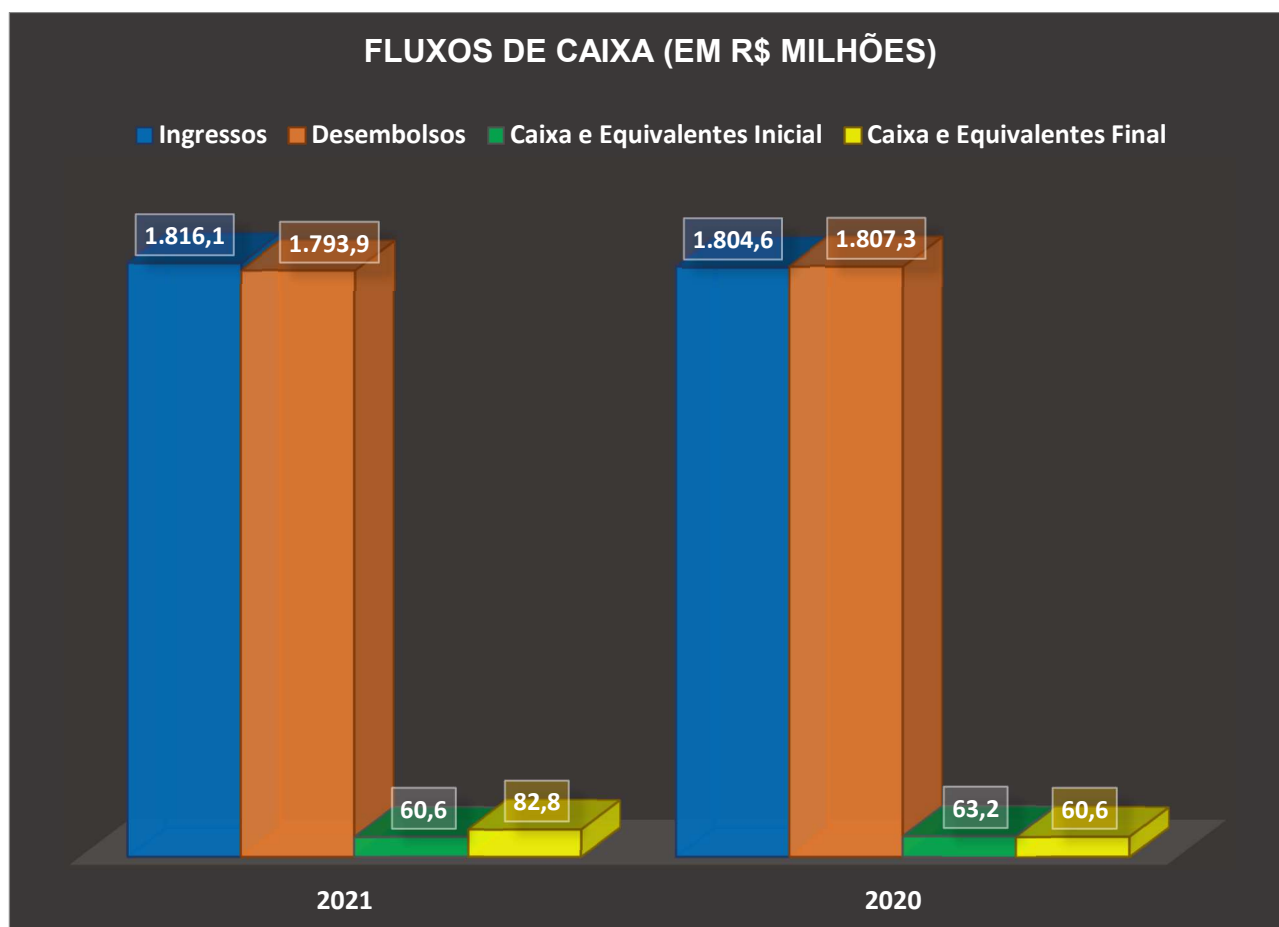


NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 1.880.646,99, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à Alienação de Bens e de Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a gastos com Investimentos em Instalações, com aquisições de Materiais Permanentes e Bens Intangíveis e Outros Desembolsos com Investimentos.

NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

Em 2021, os Ingressos Operacionais superaram os Desembolsos Operacionais e de Investimento em R\$ 22,2 milhões, aumentando o Caixa e Equivalentes em 36,7% no período.





Conciliando-se os Fluxos de Caixa Operacional e de Investimento com os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

	Em R\$
INGRESSOS	1.843.903.932,54
Transferências Financeiras Recebidas	1.745.819.484,08
Recebimentos Extraorçamentários	98.084.448,46
DISPÊNDIOS	1.821.657.105,93
Despesas Orçamentárias	1.756.388.774,32
Transferências Financeiras Concedidas	55.745.907,03
Pagamentos Extraorçamentários	9.522.424,58
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	22.246.826,61
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	60.601.799,97
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL	82.848.626,58

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

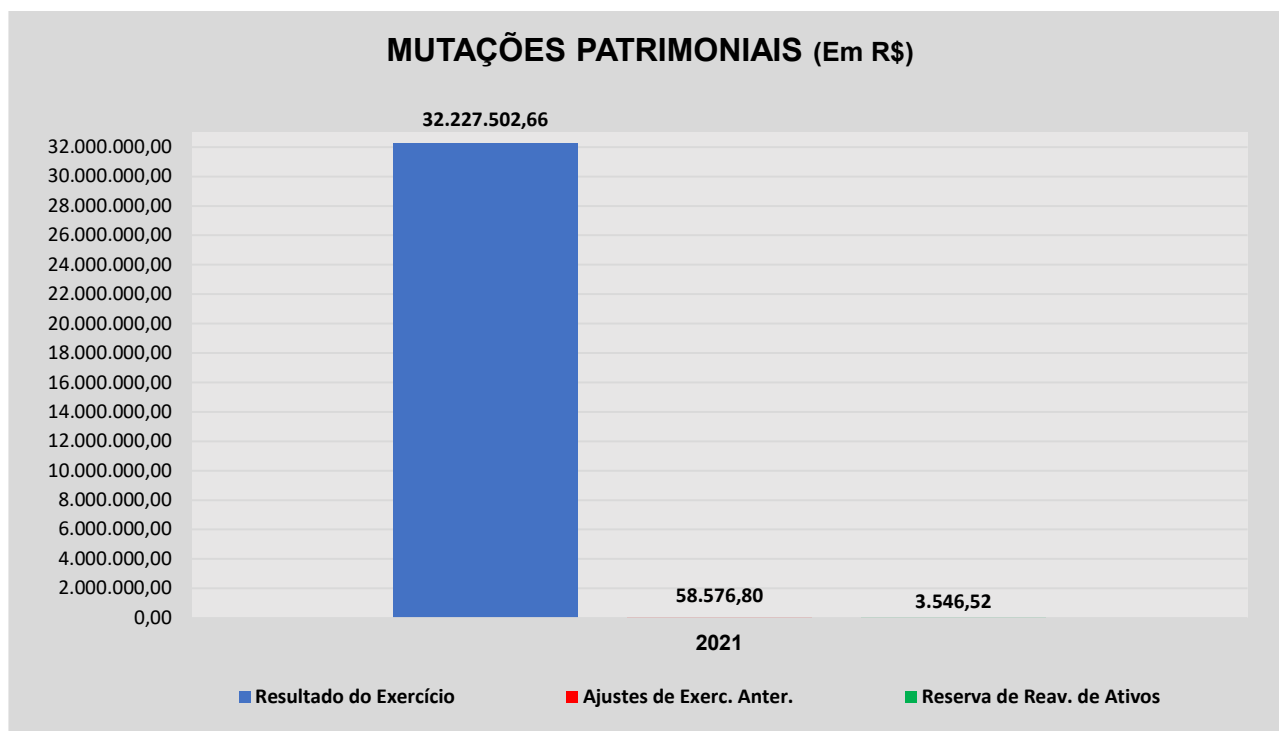
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade. Em 2021, as mutações somaram cerca de R\$ 32,3 milhões.





As mutações ocorridas foram as seguintes:



NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2021 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo positivo de R\$ 58.576,80, assim constituído:

	Em R\$
SALDO ANTERIOR A 01/01/2021	16.456.605,26
Reclassificação do saldo para Superávit de Exercícios Anteriores. Registro do sistema contabilidade – STN.	(16.456.605,26)
Baixa de passivo trabalhista registrado a maior em exercícios anteriores. PROAD 23264/2020 - plantão judiciário indenizado – Inscrição Genérica ADMOUTROS.	775,85
Baixa de passivo trabalhista registrado a maior em exercícios anteriores, conforme Informação CPAG/SPS 1034/2021 - PROAD 22116/2021 e certidão CPAG/SPS 1332/2021 de pagamento em outubro/2021 e despacho da ordenadoria de Despesas em 26/10/2021. PROAD 23464/2020 - plantão judiciário indenizado - Inscrição Genérica ADSOUTROS.	57.800,95
SALDO EM 31/12/2021	58.576,80

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

No Exercício de 2021 foram realizadas reavaliações de Bens Móveis das Contas Contábeis 1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais e 1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos. Estas reavaliações constituíram os saldos que compõem a Reserva de Reavaliação de Ativos.

O procedimento de constituição da Reserva se deu em atenção ao constante na Mensagem 2021/0340881 da STN, enviada em 22/06/2021 pelo Comunica SIAFI, que informou a alteração e atualização da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI. A atualização passou a contemplar as diretrizes e situações a serem utilizadas no SIAFI Web para a contabilização da reavaliação de Ativos em contrapartida à Reserva de Reavaliação, conforme o constante no capítulo das Principais Mudanças nos Procedimentos Contábeis.

Os saldos que compõem a Reserva de Reavaliação são os seguintes:

Conta Contábil	Saldo (R\$)
1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais	2.778,56
1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	767,96
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.546,52

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os procedimentos de Reavaliação de Bens Móveis constam do Proad 6028/2020. Foram realizadas reavaliações em duas Contas Contábeis de menor complexidade para fins de identificação e análise de eventuais ajustes e adequações que se farão necessários para que seja possível realizar a reavaliação completa dos Bens Móveis que necessitam ser reavaliados. Atualmente, estão em análise os procedimentos quanto aos valores residuais, às estimativas de vida útil e às depreciações mensais dos bens reavaliados, e a possibilidade de se efetuar os respectivos registros no Sistema de Controle de Material e Patrimônio, pela Gestão Patrimonial.



PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2021, o Passivo Contingente do Tribunal aumentou cerca de R\$ 1,8 milhões, conforme o quadro demonstrativo:

Em R\$

SALDO ANTERIOR A 01/01/2021	232.165.665,93
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes à PAE.	582.554,94
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes às Diferenças de Proventos e Pensões.	112.470,26
Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para órgãos cedentes.	1.104.105,60
SALDO EM 31/12/2021	233.964.796,73

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

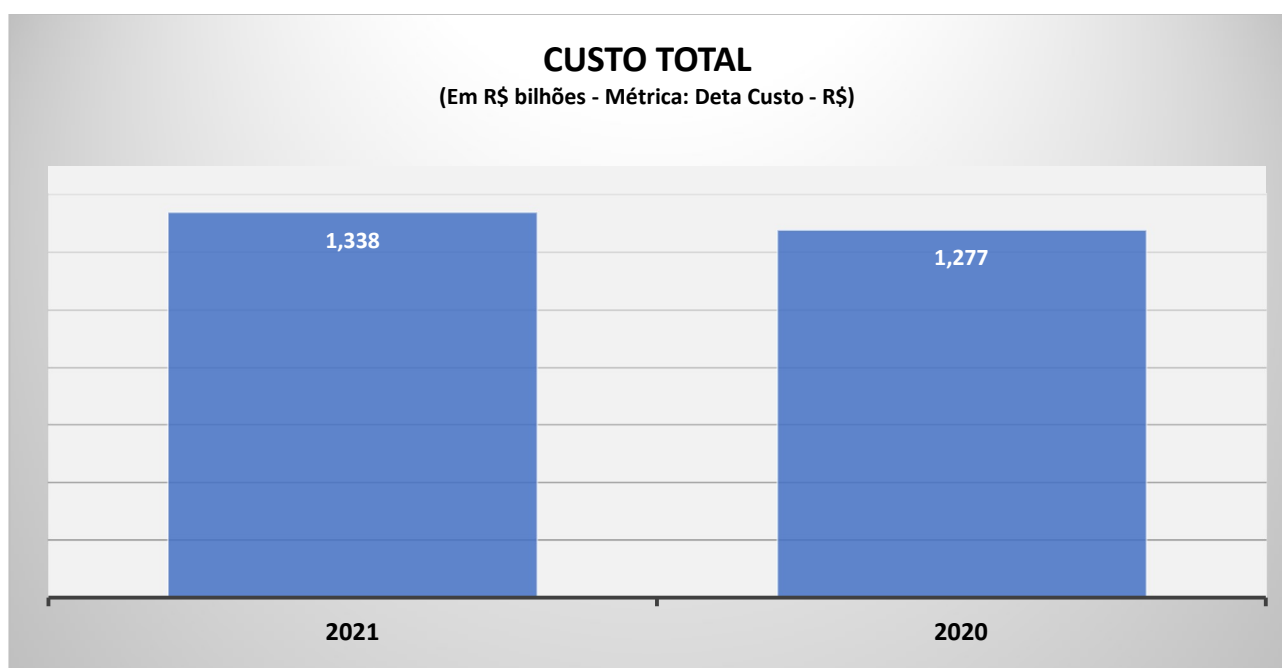
CUSTOS OPERACIONAIS

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).



NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando - se das consultas elaboradas pelo CSJT e disponibilizadas em “Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Bancada dos Órgãos Superiores > 15000 – Justiça do Trabalho > 00. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO > SEOFI > Custos > Relatório de Gestão 2021”, no Sistema Tesouro Gerencial, adaptadas para extração de dados da UG 080011 – TRT da 15ª Região, verifica-se que em 2021 o Custo Total foi de R\$ 1,338 bilhão, cerca de 5% maior que no ano anterior.



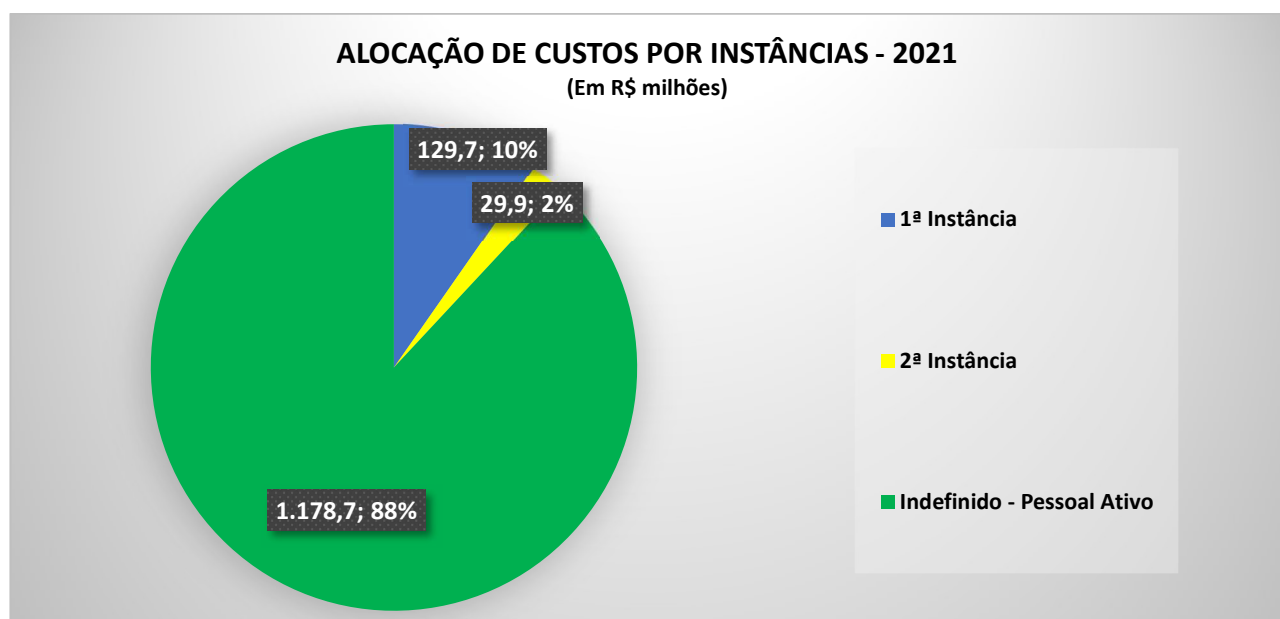
Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.



Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov. A Cartilha está em sua 6ª Edição, atualizada até março de 2021.

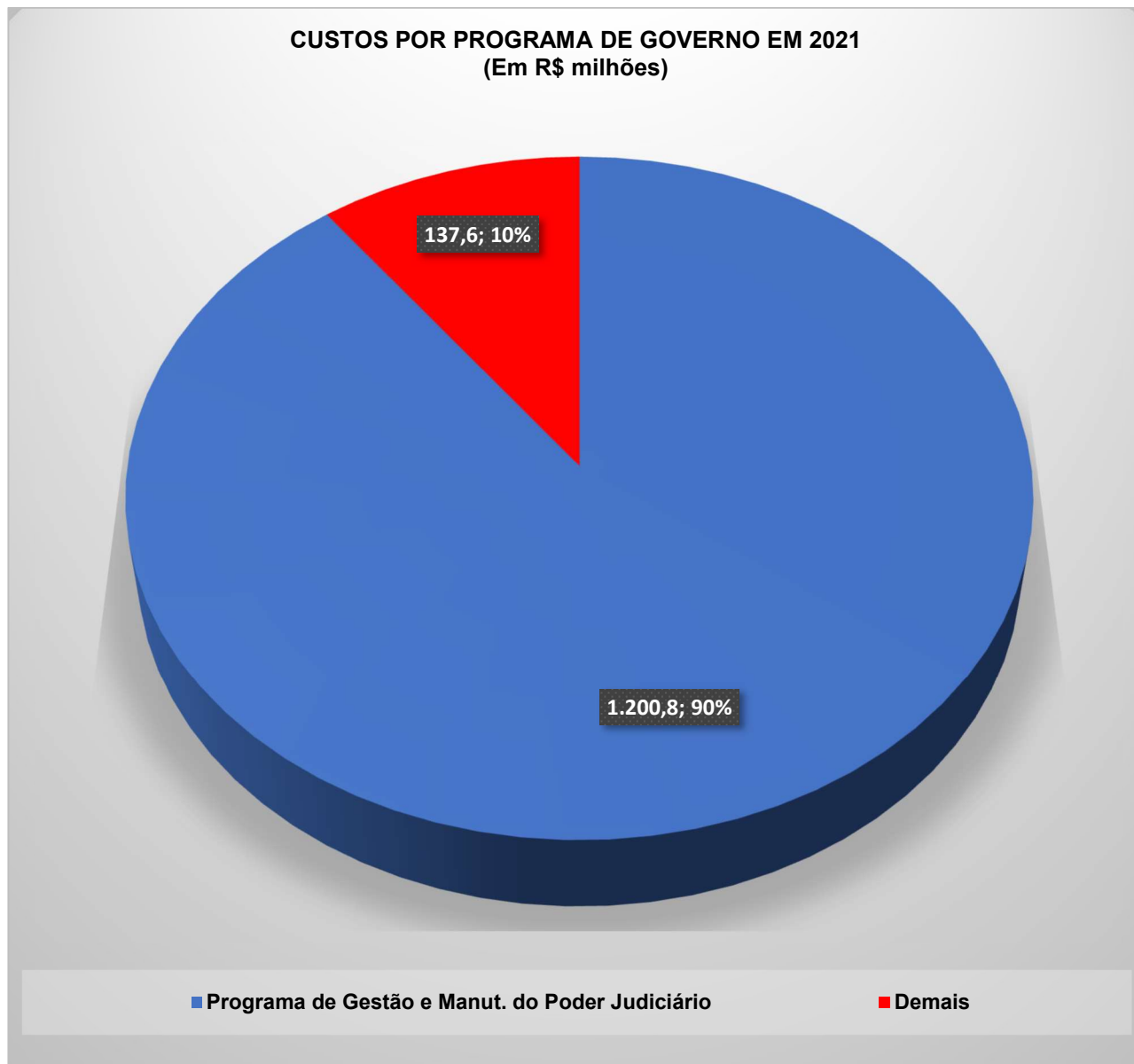
Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados por instâncias, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.

Os Custos do TRT da 15ª Região distribuídos pelas Instâncias da Justiça do Trabalho em 2021 somaram R\$ 1.338.362.936,40, assim alocados:





Cerca de 90% do Custo Total refere-se ao Programa de Governo de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.



A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria quanto a qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.



Finalmente, é importante evidenciar a alocação dos Custos por Centros de Custos, desconsiderando os Indefinidos (Pessoal Ativo e respectivos Encargos Sociais).

